

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento

Guilherme Soria Bastos Filho

Diretoria de Gestão de Pessoas

Cláudio Rangel Pinheiro

Diretoria de Operações e Abastecimento

Bruno Scalon Cordeiro

Diretoria Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

José Ferreira da Costa Neto

Diretoria de Política Agrícola e Informações

Bruno Scalon Cordeiro - Interino

Superintendência da Gestão da Oferta

Wellington Silva Teixeira

Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade

Ianelli Sobral Loureiro



PGPM-Bio

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Volume 3, Número 4

4º trimestre de 2019

ISSN: 2527-1598

B. Sociobiodiversidade, v. 3, n. 4, p. 1-66, out. /nov. /dez. 2019

Copyright © 2020 – Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <<http://www.conab.gov.br>>

Depósito Legal junto à Biblioteca Josué de Castro

Impresso no Brasil

ISSN: 2527-1598

O Boletim da Sociobiodiversidade é uma publicação trimestral da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é apresentar informações de biomas brasileiros, conjunturais de mercado de produtos da sociobiodiversidade e o relatório de operações executadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

Supervisão: Ianelli Sobral Loureiro e Wellington Silva Teixeira.

Elaboração: Ianelli Sobral Loureiro, Florence Rios Serra, Humberto L. Pennacchio.

Colaboração: Diego Fernandes dos Santos.

Projeto gráfico: Guilherme Rodrigues.

Normalização: Narda Paula Mendes – CRB-1/562, Thelma Das Graças Fernandes Sousa - CRB-1/1843

Catálogo na publicação: Equipe da Biblioteca Josué de Castro

631:502(81)(05)

C737b

Companhia Nacional de Abastecimento.

Boletim da Sociobiodiversidade / Companhia Nacional de Abastecimento.
– v. 1, n.1 (2017-). - Brasília: Conab, 2017-

Trimestral

ISSN: 2527-1598

1. Biodiversidade. 2. Agronegócio. I. Título

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento

SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF

(61) 3312-6262

<http://www.conab.gov.br> / sugof@conab.gov.br

SUMÁRIO

Conjunturas de Mercado	5
Açaí.....	6
Amêndoa de Babaçu	21
Amêndoa de Baru	27
Amêndoa de Cacau	29
Borracha Extrativa.....	35
Buriti	38
Castanha do Brasil	44
Macaúba	47
Mangaba.....	48
Pequi.....	53
Piaçava	57

CONJUNTURAS DE MERCADO

A Conab é conhecida pela sua interação com as cadeias produtivas do agronegócio e da sociobiodiversidade. A tradição em levantar informações de qualidade sobre os diversos mercados, relacionados ao campo de atuação da empresa, e as análises conjunturais são reconhecidas pelos diferentes públicos e demais esferas do governo.

Nessa sessão, os técnicos da companhia analisam os dados referentes às atividades do quarto trimestre de 2019 relativos aos produtos Açaí, Amêndoa de Babaçu, Amêndoa de Baru, Amêndoa de Cacau, Borracha extrativa, Buriti, Castanha do Brasil, Macaúba, Mangaba, Pequi e Piaçava.

Estes produtos fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade e a análise desses mercados corrobora para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a esse segmento, além de subsidiar com informações os atores envolvidos nessas cadeias produtivas.

AÇAÍ

Florence Rios Serra¹

INTRODUÇÃO

O açaí, que sempre foi muito consumido e comercializado regionalmente através de um costume cultural, hoje ganha espaço de circulação em escala nacional e internacional. A mudança de perspectiva no cenário comercial do açaí teve início na década de 90 do século XX. A partir de então, as atividades de produção e comércio do fruto vêm trazendo rendimento positivo da exploração até a exportação. Diante disso, nos últimos anos, o açaí tem sido foco de interesses e investimentos privados para uma produção de maximização da lucratividade.

Fora do circuito regional amazônico, o açaí começou a ganhar o mercado por meio de academias e lojas de produtos FIT, contudo, nos últimos anos, a comercialização do açaí ganhou espaço em redes de *fast food* e supermercados do país e no mundo.

Atualmente, o açaí é considerado uma das frutas com maior destaque socioeconômico na Amazônia e tornou-se uma atividade com grande potencial de distribuição de renda para a população local. Dentro destas perspectivas de maior inserção do comércio do fruto na esfera econômica da região amazônica, questiona-se a partir de que momento a fruta começou a ser sinônimo de lucro dentro e fora da região.

Apesar do salto nos valores de produção do açaí nas últimas décadas ser algo absoluto e incontestável, inúmeras variáveis influenciaram e influenciam no padrão desse aumento. A análise de dados é o que pode mostrar o comportamento da evolução dos valores de produção da cadeia de açaí e apontar na direção de eventos específicos que acabam por determinar o padrão de crescimento dessa produção.

Contudo, a geração de dados assertivos e confiáveis sobre a produção do fruto tem sido um dos maiores desafios da cadeia do açaí. Assim, a consolidação de uma base de informações sobre o fruto é de suma importância para atrair a confiança de investidores e impulsionar o desenvolvimento da cadeia.

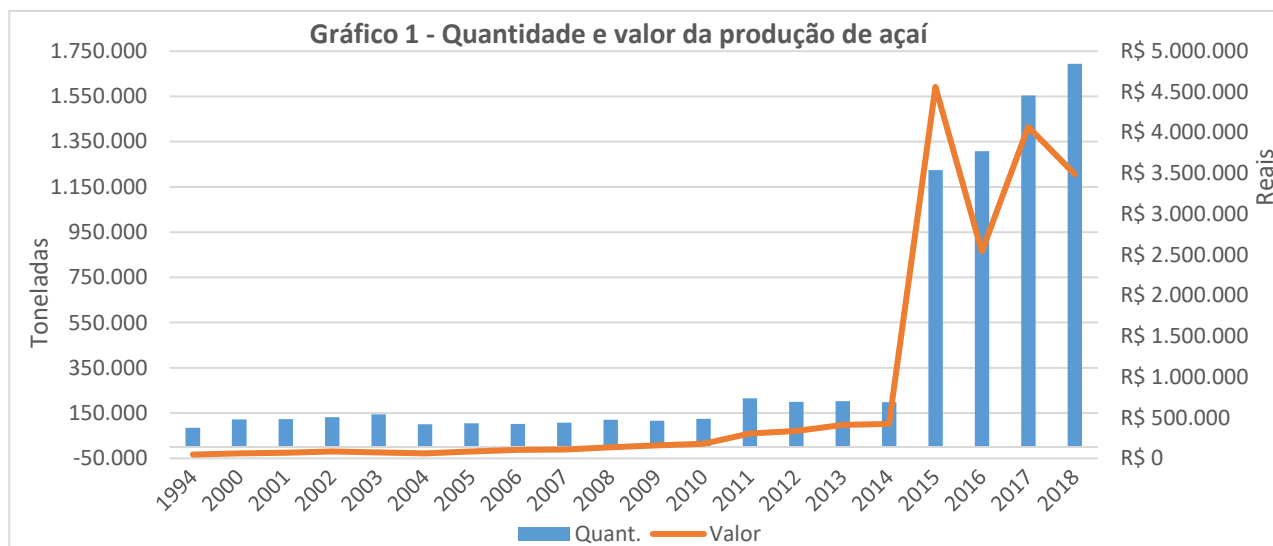
1. CADEIA PRODUTIVA: PERFIL, COMPARAÇÕES E PERSPECTIVAS

Nesse tópico será analisado o perfil e comportamento da produção e valor de produção nacional de açaí dos últimos 4 anos. A produção nacional do fruto entre 1994 e 2014 sofreu incremento moderado, já a partir de 2015 o incremento verificado da produção nacional do fruto foi de mais de 6 vezes a produção de 2014. Contudo esse aumento não se deve necessariamente à elevação da produtividade ou de área cultivada, e sim da soma dos levantamentos de dados do IBGE. Ou seja, foram somados os dados da PEVS (Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura)

¹ Engenheira de Alimentos, Mestre em Engenharia Agrícola e Analista de Mercado dos produtos: açaí, buriti, juçara, murumuru, piaçava e pinhão. florence.serra@conab.gov.br.

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

e da PAM (Produção Agrícola Municipal), que passou a ser divulgada em 2015. O gráfico abaixo mostra o comportamento da quantidade e valor de produção a partir de 1994:



Fonte: PEVS e PAM/IBGE

2. PANORAMA INTERNACIONAL: EXPORTAÇÃO

Quanto aos números de exportação do açaí, as principais base de dados são os sistemas Agrosat do Ministério da Agricultura e Comex Stat do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Contudo, o levantamento de informações nessas bases é feito a partir do NCM² do produto. Nesse caso, um determinado produto pode possuir NCM próprio ou estar agrupado em algum NCM genérico. O açaí possui NCM próprio desde 2016, este não é usado de forma generalizada pelos exportadores do produto por ser bastante recente e pouco divulgado. Sendo assim, os valores relacionados são claramente defasados em relação à movimentação real, pois grande parte do volume exportado ainda está sendo registrada, como de hábito, com NCMs generalistas, e tal cenário tem tornado inviável a compilação de dados de exportação precisos e confiáveis.

Alguns órgãos regionais realizam levantamento de dados relativos a cadeia de produção dos produtos regionais, como a FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará através do seu Centro Internacional de Negócios. Em reportagem veiculada no site de notícias *Oliberal*, a Federação divulgou que o estado do Pará fica em segundo lugar entre os estados exportadores, atrás de São Paulo:

“De janeiro a maio de 2019, por exemplo, as exportações do produto, em todo o País, somaram US\$ 15.5 milhões, sendo que o primeiro do ranking

² Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Código de 8 dígitos utilizado pelos órgãos de Receita Federal para monitorar e identificar a natureza das mercadorias.

comercializou US\$ 6.7 milhões ao exterior (43,55% de participação), enquanto os produtores paraenses exportaram US\$ 2.8 milhões (18,05% de participação), conforme levantamento do Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Pará.” (CIN/Fiepa)

Os dados de exportação de 2019 mostram um incremento muito significativo em relação a 2018, já que a FIEPA registrou neste ano queda de 20% na movimentação, ultrapassando timidamente os US\$ 7 milhões, quase dois milhões a menos que em 2017. O peso exportado também caiu em 15% em relação ao ano anterior. Em 2017, foram exportadas 13,1 mil toneladas para 42 países. Entretanto, de todos os países importadores, apenas três concentram o maior volume, sendo os Estados Unidos o principal destino da fruta paraense.

Segundo o gerente de Fruticultura da SEDAP³, Geraldo Tavares, atualmente 70% da produção de açaí do estado é destinado ao mercado interno, 20% vai para outros estados e 10% para exportação.

O Pará é o maior produtor nacional de açaí e um grande produtor de *commodities*, contudo o estado precisa superar alguns problemas que acabam por reduzir a competitividade e os ganhos que poderiam ser auferidos pelos produtores locais. Além dos problemas com a logística, a questão da infraestrutura portuária, por exemplo, é muito incipiente para essa exportação.

O governo do estado tem empregado esforços para levar ao exterior não só a polpa, mas também o açaí processado, que seria o mix (com banana, granola, outros produtos) e o açaí em pó (lifiolizado) que é 100% para exportação. Existe a necessidade de mudança cultural para internacionalizar a economia e que transcenda a simples exportação do fruto.

O estado de São Paulo, apesar de não estar relacionado entre os produtores nacionais de açaí, ocupa a posição de maior exportador nacional de produtos à base de açaí. Uma vez que o estado é o maior comprador do açaí paraense, ele processa, embala e exporta esta polpa.

Quando avaliamos a rota do açaí levando em conta o circuito internacional, nos deparamos com os EUA ocupando em alguns períodos o posto de maior exportador mundial de produtos processados a base de açaí. Também segundo a FIEPA, em 2018 os EUA foram responsáveis por quase 40% do consumo total da produção que saiu do Brasil, com mais de mil toneladas, algo em torno de US\$ 2,7 milhões. Durante muito tempo Estados Unidos e Japão compravam quase a totalidade do açaí exportado. Porém, nos últimos cinco anos, a demanda tem se diversificado, principalmente com o avanço do volume importado pelo país asiático e também da União Europeia.

Outra vertente do cenário internacional da cadeia de açaí trata das franquias do produto. O açaí tem sido cada vez mais incorporado como produto *fast food* saudável, migrando do nicho de mercado de alimentos *fit* e suplemento de academias para lanchonetes e restaurantes especializados em alimentos práticos e rápidos. Neste sentido, o Brasil tem sido pioneiro e possui as maiores franquias do produto no mundo, esse tipo case de negócio tem feito com que o açaí ganhe cada vez mais adeptos pelo globo o preconiza também o aumento do mercado para o fruto.

³ Secretaria estadual de agricultura e abastecimento em Santa Maria de Belém, Pará.

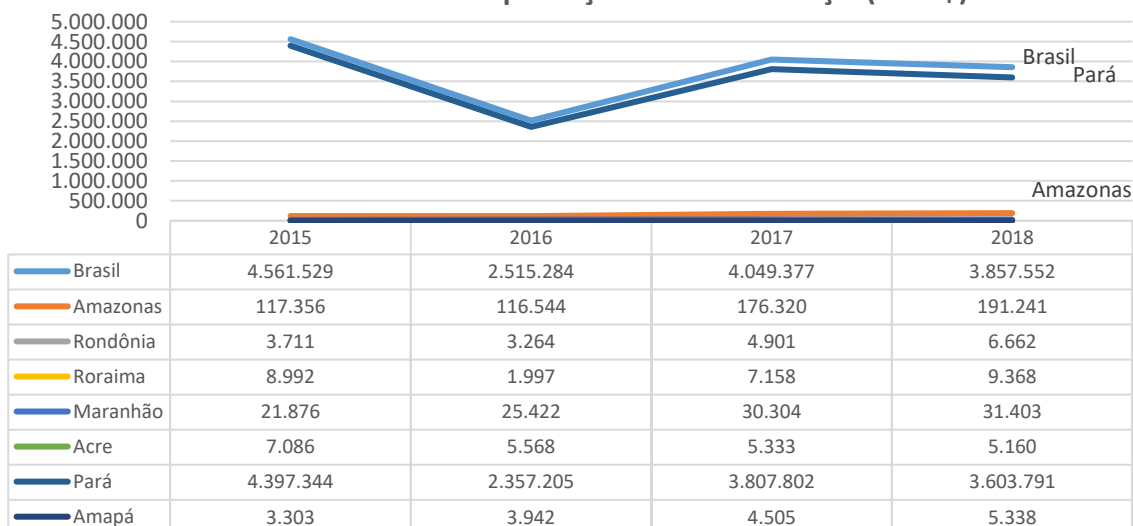
3. PANORAMA NACIONAL: VALOR E QUANTIDADE PRODUZIDA

Segundo a soma dos levantamentos feitos pelo IBGE, a produção nacional de açaí aumentou de 198 mil toneladas em 2014 para 1 milhão de toneladas em 2015.

Ocorre que a soma dos dados da PEVS (Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura) e da PAM (Produção Agrícola Municipal), vem sendo feita a partir de 2015. Ou seja, na primeira vez que o Instituto investigou a cultura de açaí no âmbito da PAM, a produção do fruto era contabilizada, até então, apenas na PEVS. Convém ressaltar que, apesar de estar incluído no grupo de produtos agrícolas oriundos de áreas cultivadas, o IBGE contabiliza na PAM o açaí nativo de florestas que receberam algum tipo de manejo, seja a retirada de árvores vizinhas para favorecer o crescimento do açaizeiro, seja a poda de touceiras para o desenvolvimento da palmeira. Sendo assim, em que pese ser contabilizado como cultivado, segundo informações apresentadas pela equipe do IBGE, a maior parte dos dados da PAM ainda são de açaí nativo manejado.

Em ambas bases de dados, o Pará é, isoladamente, o maior produtor nacional. Contudo, para a produção de origem extrativista, o percentual varia de 58% a 66% de 2015 a 2018, enquanto para o açaí dito cultivado, o percentual variou de 99% a 95% no mesmo período. Em relação à produção total, o Pará é responsável por 91 – 92% no período. Segundo dados da PEVS, a produção extrativa apresentou um aumento de 2,6% no período, já para a produção cultivada o aumento foi de 49%, resultando em um incremento de 41% na produção total brasileira de açaí.

Gráfico 2 - Valor da produção brasileira de açaí (mil R\$)



Fonte: PEVS e PAM/IBGE

Os dados apontam no sentido de um crescimento mais acentuado na produção cultivada, o que reflete maior influência de práticas de manejo e agrícolas para o açaí, mesmo essas práticas sendo adotadas para aumentar a produtividade de açaizeiros em florestas nativas. Tal crescimento também mostra uma tendência à *commoditização* do fruto, ou seja, a massificação do produto que acaba por não permitir a diferenciação ao olhos do consumidor, sendo o preço o único diferencial

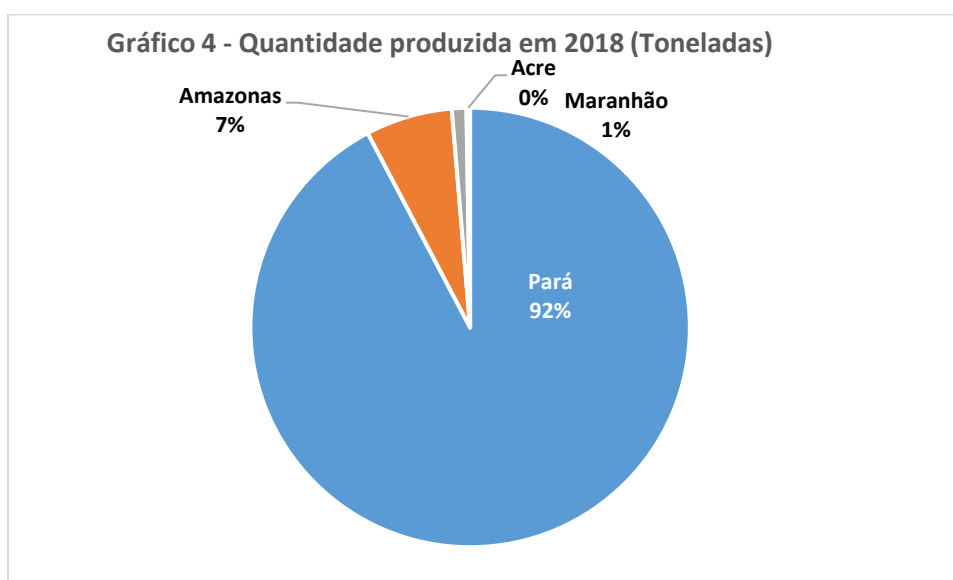
Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

competitivo no mercado. Os gráficos abaixo trazem os números de quantidade produzida e valores de produção do açaí no Brasil e nos estados produtores de 2015/18.



Fonte: PEVS e PAM/IBGE

Como pode ser observado nos gráficos, a quantidade total de açaí sofreu aumento consecutivo no período (2015 – 2018), já os valores (R\$) totais de produção não apresentaram o mesmo comportamento. Do ano de 2015 para 2016 observa-se uma redução de 44% no valor da produção, mesmo a quantidade total tendo apresentado um aumento de 7%. A produção de 2017 teve aumento de 18% em relação a 2016, já o valor aumentou em 60% no mesmo período. Em 2018, ano mais recente cujo dados de produção foram disponibilizados na plataforma SIDRA do IBGE, o incremento no total de produção foi de 4,7%, já o valor auferido com este quantitativo apresentou redução de 11,4% em relação ao ano anterior.



Fonte: PEVS e PAM/IBGE

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

A variação dos dados de quantidade e valor de produção diferem significativamente quanto ao seu comportamento, mostrando que maiores volumes de produção nem sempre implicam em aumento nos ganhos financeiros. Isso pode estar relacionado a fatores diversos que vão desde custo até demanda de mercado, fazendo com que o valor do quilograma produzido varie significativamente, para mais ou para menos, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1: Valor do kg de açaí produzido

	2015	2016	2017	2018
Quantidade ton	1.224.458	1.307.298	1.554.750	1.731.668
Valor (mil reais)	4.561.529	2.515.284	4.049.377	3.857.552
R\$/Kg	3,73	1,92	2,60	2,23

Fonte: SIDRA/IBGE

Quanto ao cenário da região produtora, os 20 maiores municípios produtores são paraenses, com exceção de Codajás, no Amazonas que, na média do período de 2015 a 2018, ocupa a 9ª (nona) posição, conforme tabela abaixo:

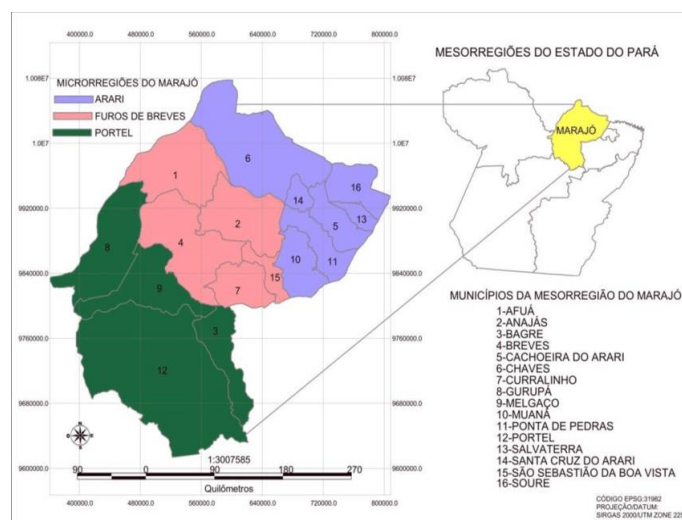
Tabela 2 - Ranking dos municípios produtores de Açaí (fruto) em toneladas

#	Município	2015	2016	2017	2018	Média Anual (2015-2018)
1	Igarapé-Miri (PA)	308.600	309.675	283.090	402.900	326.066
2	Portel (PA)	6.500	75.000	271.000	230.000	145.625
3	Abaetetuba (PA)	165.750	109.200	109.200	109.200	123.338
4	Cametá (PA)	120.000	112.000	100.800	105.840	109.660
5	Limoeiro do Ajuru (PA)	84.900	74.900	79.900	80.900	80.150
6	Bujaru (PA)	51.200	75.600	70.000	49.600	61.600
7	Barcarena (PA)	44.200	56.000	77.000	56.000	58.300
8	Oeiras do Pará (PA)	50.000	51.800	64.199	54.932	55.233
9	Codajás (AM)	27.000	28.993	56.400	61.600	43.498
10	Tucuruí (PA)	41.472	41.932	41.932	540	31.469
11	Acará (PA)	16.000	22.500	32.668	42.469	28.409
12	Moju (PA)	17.000	26.000	26.000	26.000	23.750
13	São Sebastião da Boa Vista (PA)	13.470	25.168	15.898	34.852	22.347
14	Breves (PA)	3.100	5.205	19.290	61.562	22.289
15	Inhangapi (PA)	32.600	16.900	18.500	19.000	21.750
16	Santa Izabel do Pará (PA)	7.000	7.000	11.000	50.000	18.750
17	Ponta de Pedras (PA)	18.659	18.108	14.397	22.630	18.449
18	Muaná (PA)	10.785	32.848	10.985	13.410	17.007
19	Concórdia do Pará (PA)	12.925	10.575	15.000	18.000	14.125
20	Tomé-Açu (PA)	3.060	7.650	12.000	13.200	8.978

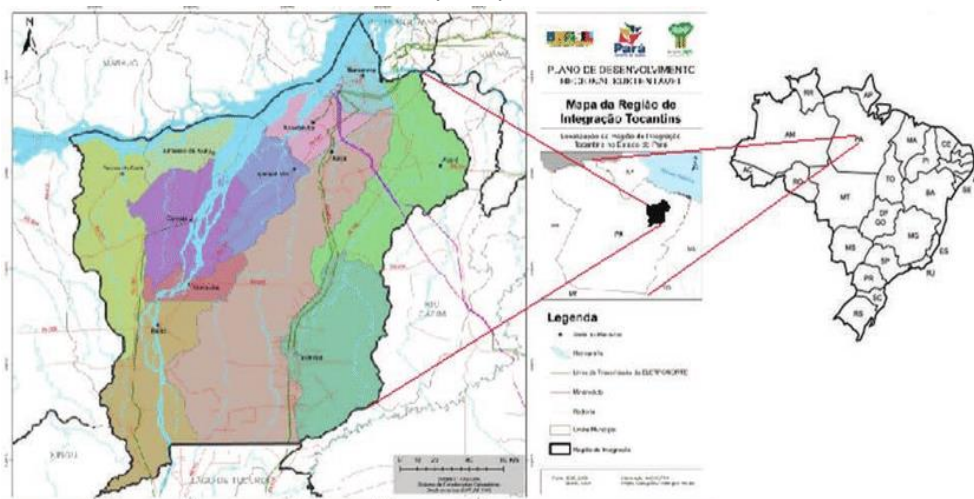
Entre os municípios maiores produtores de açaí, está em destaque Igarapé-Miri, o maior produtor nacional, com 305,6 mil toneladas e 28% da produção do país. Juntos, os cinco maiores produtores (Igarapé-Miri, Cametá, Abaetetuba, Bujaru e Portel) representam 62,7% da produção do estado. A produção dos vinte (20) municípios listados representam 85% do total da produção brasileira.

No Pará, os maiores produtores do fruto estão concentrados em duas áreas: Baixo Tocantins e Marajó, mais especificamente da microrregião de Portel.

Figuras 1 e 2: Mapas dos territórios do Marajó e Baixo Tocantins.



Fonte: CRISPIM *et al.* (2018)



Fonte: BASTOS *et al.* (2010)

O Território do Baixo Tocantins - PA está localizado na mesorregião nordeste do Pará e é composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro

do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, sendo que Igarapé-Miri é o maior produtor nacional com aproximadamente 23% da produção total e é conhecido como a Capital do Açaí. Sua localização geográfica permite o escoamento da produção agrícola para a capital Belém e para o sudeste do estado, tanto pelas rodovias PA-150, quanto pela BR-010 e seus acessos à região da Transamazônica.

A Mesorregião Geográfica do Marajó, além do arquipélago, alcança alguns municípios do continente. A mesorregião do Marajó é constituída de três microrregiões geográficas (MRG): Arari, Furos de Breves e Portel. As duas primeiras compreendem municípios inseridos integralmente no Arquipélago do Marajó. Já a MRG de Portel abrange municípios com sedes em áreas continentais, na porção sul/sudoeste da mesorregião, sendo o município de Portel o segundo maior produtor nacional com 10% de toda a produção brasileira de açaí.

Na região do Baixo Tocantins, a safra vai de agosto a início de dezembro. Já na região do Marajó, se concentra entre os meses de maio a agosto.

3.1. Tecnologias

O Pará é o principal produtor porque tem uma área nativa grande e um clima extremamente favorável à produção de açaí. O problema é que na várzea há os períodos de safra e entressafra, e isso cria desequilíbrio na cadeia, porque para a indústria é inviável trabalhar somente seis meses por ano.

Garantir o aumento e a padronização da produção no Pará tem sido o desafio da pesquisa agropecuária nos últimos anos. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem idealizado diferentes projetos para acompanhar o desenvolvimento do açaí. A grande maioria da produção de açaí ainda hoje advém do extrativismo ou manejo de sistemas agroflorestais. Entretanto, o crescimento da demanda do fruto de açaí tem levado muitos produtores a inovar técnicas de cultivo, visando desenvolver sistemas apropriados com a finalidade de obtenção de maior produtividade.

Um desses projetos, o *Amazon Hidroview*, em parceria com o Laboratório de Sensores e Sistemas Embarcados da Universidade Federal do Pará (LASSE/UFPa), tem a finalidade de fornecer tecnologia que viabilize pesquisas e monitoramento contínuo para garantir a produtividade máxima e o cultivo sustentável do Açaizeiro.

O plantio em terra firme é outro ponto explorado para garantir escala de produção. Só nos últimos 10 anos que se começou a plantar açaí em terra firme. O Governo do estado do Pará criou convênio com a Embrapa para produção de sementes melhoradas de açaí que têm condições de serem produzidas por 13 anos, na entressafra. Existe no Estado do Pará, dois cultivares de açaí produzidos pela Embrapa e estão sendo distribuída há cinco anos pela Sedap. A produção em terra firme abriu precedente para outro desafio, a irrigação de áreas plantadas.

O governo do estado do Pará lançou um programa de desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí no Estado - PRÓ-AÇAÍ - com o objetivo de contribuir efetivamente com o aumento da produção do açaí no estado do Pará. Isso é feito através da melhoria do manejo e enriquecimento dos açais situados nas regiões de integração produtoras do Marajó e Baixo Tocantins, além da massificação da implantação e manejo de açais irrigados em áreas de terra firme do Pará, no

período de 2016 a 2020, dando ênfase, principalmente, ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, e assegurando, também, a conservação ambiental.

Em outros estados produtores de açaí também estão sendo realizadas ações e projetos para aumento da escala de produção do fruto. Os produtores rurais da comunidade Rio Jordão, em Rio Preto da Eva, no Amazonas (a 57 quilômetros de Manaus), receberam 30 mil mudas de açaizeiros para plantio desde novembro do ano passado. Após o beneficiamento da fruta, que deve ocorrer a partir de 2023, o açaí poderá ser exportado para a Europa e para os Estados Unidos após ser processado pela agroindústria no município.

Apesar dos esforços empregados para o aumento da escala de produção do açaí, a quantidade atual ainda é insuficiente para atender a demanda interna e externa. Apesar de existir projetos e programas de desenvolvimento, a falta de incentivo governamental ainda é um desafio, além dos gargalos com autorizações, licenciamento ambiental e financiamentos bancários.

3.2. Quantidade de indústrias no Estado do Pará

A produção de polpa, bebida ou vinho de açaí no estado do Pará é realizada em dois segmentos de mercado. O primeiro segmento é dos chamados “batedores de rua” ou manipuladores artesanais, esses estabelecimentos são os responsáveis pelo abastecimento do mercado local, gerando alimento, emprego e renda (BARTOLOMEU *et al.*, 2013). Basicamente possuem máquina elétrica para extrair o suco (Figura 2). O segundo segmento é o das agroindústrias, que possuem como mercado consumidor outros Estados da federação brasileira, principalmente da Região Sudeste e também outros países da América do Norte e da Europa (PARÁ, 2007).

Por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – **SEDAP**/ Diretoria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local – **DIAFAM** foi possível levantar dados mais atuais sobre os estabelecimentos processadores de açaí no estado do Pará.

A Casa do Açaí, instituição ligada à Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente de Belém, informou à SEDAP que existe um quantitativo de aproximadamente 9000 pontos de açaí na entressafra. No período de safra esse número pode aumentar. Contudo, os pontos que permanecem na entressafra refletem um cenário dos pontos que atuam de forma permanente.

Para que os pontos de açaí (batedeiras) possam funcionar, é necessário obter o licenciamento (formulário próprio) que prevê um período de capacitação sobre as boas práticas (Decreto Estadual 326). O Alvará não é exigido das bateadeiras de açaí.

Segundo informações fornecidas pela Superintendência da Agricultura, SFA/PA/MAPA de açaí, há 58 indústrias processadoras de açaí no estado. A ADEPARA, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, disponibilizou dados referentes à indústrias registradas dentro do critério de Artesanais como processadoras de polpa de frutas, no total são 66 em todo estado.

Ao MAPA, cabe à regulamentação de produtos de origem animal, bebidas e vegetais in natura para registro dos estabelecimentos e respectivos produtos.

Os demais produtos vegetais (conservas, doces, compotas, desidratados, pastifícios, cereais, amidos e derivados, castanhas e amêndoas, especiarias, entre outros), água mineral ou natural e aditivos alimentares são regulados pelo Ministério da Saúde (MS) através da ANVISA,

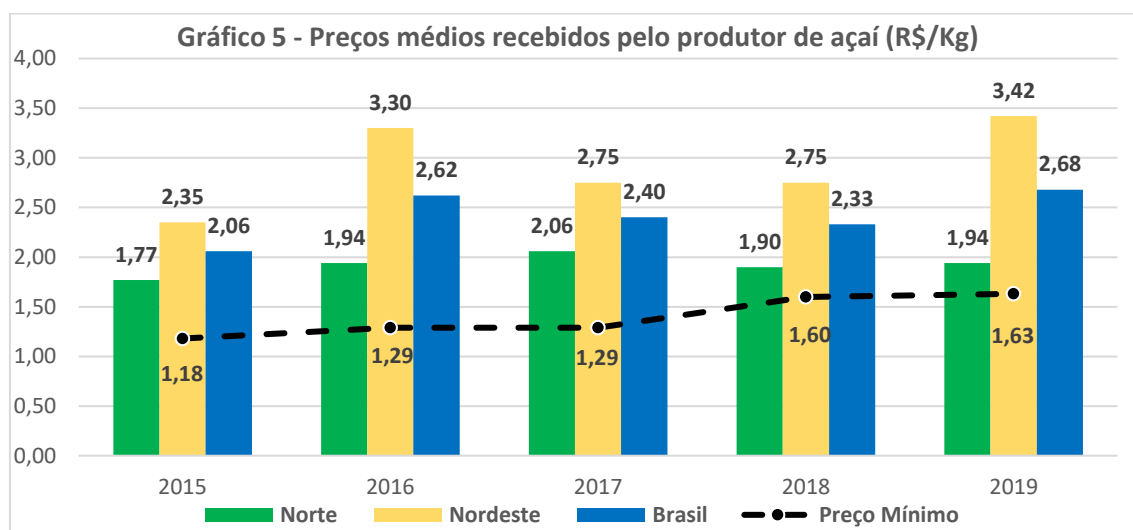
Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

secretarias estaduais e municipais da vigilância sanitária, responsáveis pelo registro dos estabelecimentos e respectivos produtos.

No Pará, a cultura contribui significativamente para a geração de emprego. São aproximadamente 70 indústrias de açaí, dentre as quais estão as empresas associadas a Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas).

4. PREÇOS NACIONAIS

Quanto ao preço pago ao produtor extrativista, segundo o Sistema de Informação Agropecuário e de Abastecimento – Siagro, no período de 2015 a 2019 a média nacional do preço do quilograma do açaí teve aumento de 30%. Nos anos de 2016 e 2019, as altas foram mais significativas. Contudo, no período de 2015 – 2017 a alta foi de 16%, e de 2017 – 2019, 11% conforme gráfico abaixo:



Fonte: Siagro/Conab

Do ano de 2015 para 2016 houve um salto significativo no valor do preço pago ao produtor, seguido de duas baixas consecutivas de 2016/2017 e 2017/2018. Observando os dados de produção, 2015 foi o ano com menor volume de safra do período e o percentual de aumento para 2016 também foi o menor, comportamento que pode ter influenciado na alta dos preços deste ano. Posteriormente a produção de açaí apresentou altas significativas e um comportamento de tendência na estabilização da oferta. A tabela abaixo traz os preços pagos ao produtor extrativista de açaí praticados no 4º (quarto) trimestre de 2018/2019:

Tabela 3 - Preços recebidos pelo produtor de Açaí (R\$/Kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2018			4º TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez				
AC	1,23	1,24	1,25	1,22	1,17	1,16	-1%	-6%	-7%	R\$ 1,41
AP	1,67	2,11	2,36	2,37	1,87	2,14	42%	-11%	-9%	
MA	2,90	3,05	3,13	3,33	4,00	4,00	15%	31%	28%	
PA	1,30	1,84	2,19	1,92	2,21	2,38	48%	20%	9%	
RO	2,39	2,05	2,00	2,19	1,90	2,16	-8%	-7%	8%	

Fonte: Siagro/Conab

O fator mais determinante para a variação dos preços recebidos pelos produtores de açaí é o período de safra, sendo que de modo geral, nas principais praças, os preços são maiores no início da safra, ou seja, na saída da entressafra, sofrendo queda no pico de safra, mostrando recuperação já no final.

No Maranhão, cuja safra ocorre no primeiro semestre do ano, os preços vêm sofrendo alta desde outubro e a tendência é que o aumento continue até o início da safra. Em relação ao ano último semestre de 2018 o 4º semestre de 2019 também apresentou altas consecutivas. Já no Amapá, cujo período de safra também ocorre no primeiro semestre, a proximidade com Pará, acaba por determinar um comportamento diferente que do Maranhão, como a entressafra do estado coincide com o período de safra do Pará, os preços acabam por não valorizar nesse período como ocorre no Maranhão. O comportamento dos preços pagos ao produtor em Rondônia, cuja safra também ocorre no 1º semestre (durante o inverno amazônico) é via de regra similar ao Maranhão, contudo nesse último semestre observa-se queda do primeiro para o segundo mês com retomada do aumento no terceiro mês, comportamento similar ao Amapá.

No Pará, o maior produtor nacional de açaí, dezembro de 2019 foi de encerramento da safra, com alta relativa nos preços do fruto no estado. Os preços praticados no Pará têm uma relação direta inversamente proporcional com o volume da safra.

O Acre apresentou baixa consecutiva no preço pago no últimos três meses do ano de 2019 e redução em relação aos preços praticados em 2018 no último semestre, o que ainda pode ser reflexo dos casos de contaminação de açaí fezes do barbeiro, contudo, ressalta-se que o governo do estado e de alguns municípios vêm tomando ações efetivas para mitigar os danos causados pelo ocorrido, inclusive com medidas relacionadas à legislação fitossanitária local.

No Acre, a safra do açaí ocorre quase que o ano todo, de janeiro a outubro, os registros são de que nesse período, o preço pago ao produtor pelo açaí acreano sofre queda, pois é um período no qual a oferta começa aumentar no estado, porém, como a redução nos preços ocorreram também em relação ao ano interior. Infere-se que houve outro fator além do período de safra que foi determinante na oscilação dos preços, neste caso, o incidente relativo a contaminação do açaí.

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

No estado do Amazonas, segundo maior produtor, não houve coleta de preços. Observa-se que o preço do açaí vem sendo lastreado pelo Preço Mínimo, com leves altas ocasionais. Contudo vale ressaltar que o estado não acompanha as tendências de aumento dos preços observadas em outras regiões produtoras, pois o alto custo de logística feito por navegação é repassado para o produtor.

5. AÇÃO GOVERNAMENTAL

A tabela abaixo traz a quantidade de açaí no programa de Aquisição de Alimentos – PAA nos últimos 3 anos (2017, 2018 e 2019):

Tabela 4: Quantidade (kg) de Açaí no Programa de Aquisição de Alimentos/Doação Simultânea- PAA

	2017	2018	2019	Total/UF
AM	78.500	948	-	79.448
AP	165.512	95.176	82.152	342.840
MA	9.872	7.300	3.800	20.972
PA	534.053	37.957	201.380	773.390
Total/Ano	787.937	141.381	287.332	1.216.650

Fonte: PEVS/IBGE

Como pode ser observado na tabela, apesar de haver tido aumento de 2018 para 2019, a quantidade total de açaí no PAA diminuiu consideravelmente de 2017 para 2019. O estado do Pará foi o maior executor do programa no período. Ao todo foram empregados R\$ 2.316.294,05 com o programa no período de 2017 a 2019, sendo que quase 60% desse valor foi empregado apenas no ano de 2017.

Os dados de execução da PGPM-Bio do açaí estão compilados no sistema de Subvenção da Sociobiodiversidade – SISBIO a partir de 2016, conforme tabela abaixo:

Tabela 5 - Execução PGPMBio Açaí						
UF	Atributo	ANO				TOTAL POR UF
		2016	2017	2018	2019	
AC	Quant. Subvencionada (kg)			4.830,00	13.093,81	17.923,81
	Produção total (kg)	4.459.000	4.665.000	4.549.000		13.673.000
	Razão de apoio (%)	0,00%	0,00%	0,11%		0,13%
	Valor de Subvenção (R\$)			2.898,00	7.869,91	10.767,91
	Nº de Extrativistas			1	8	9
AM	Quant. Subvencionada (kg)	29.771,15		51.469,00	73.039,53	154.279,67
	Produção total (kg)	67.148.000	103.288.000	109.739.000		280.175.000
	Razão de apoio (%)	0,04%	0,00%	0,05%		0,06%
	Valor de Subvenção (R\$)	8.335,92		24.600,35	31.714,71	64.650,98
	Nº de Extrativistas	12		12	25	49
AP	Quant. Subvencionada (kg)	60.759,50		178.704,67	281.859,03	521.323,20
	Produção total (kg)	2.627.000	2.770.000	2.873.000		8.270.000,00

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

	Razão de apoio (%)	2,31%	0,00%	6,22%		6,30%
	Valor de Subvenção (R\$)	45.192,00		124.198,40	170.332,34	339.722,74
	Nº de Extrativistas	48		51	119	218
PA	Quant. Subvencionada (kg)		25.102,00		390.744,95	415.846,95
	Produção total (kg)	1.212.448.000	1.415.969.000	1.586.979.000		4.215.396.000
	Razão de apoio (%)	0,00%	0,00%	0,00%		0,01%
	Valor de Subvenção (R\$)		4.858,98		232.022,61	236.881,59
	Nº de Extrativistas		17		157	174
	Quant. Subvencionada (kg)	90.530,65	25.102,00	235.003,67	758.737,32	1.109.373,63
TOTAL ANUAL	Produção total (kg)	1.286.682.000	1.526.692.000	1.704.140.000		4.517.514.000
	Razão de apoio (%)	0,01%	0,00%	0,01%		0,02%
	Valor de Subvenção (R\$)	45.192,00	4.858,98	127.096,40	410.224,86	587.372,24
	Nº de Extrativistas	60	17	64	309	450

Fonte: Sisbio/Conab

Diferente do PAA, a execução da PGPM-Bio sofreu grande incremento no período, sendo o ano de 2019 o que de maior execução. O estado onde houve maior volume subsidiado e maior aporte de subsídio foi o Pará com 415.846,95 Kg de açaí e R\$ 587.372,24, respectivamente. O Amapá é o estado com maior razão de apoio no período, chegando a subsidiar 6,22% do total da produção do estado em 2018.

Referências Bibliográficas

BASTOS, A. P. V. B; ALMEIDA, O.; CASTRO, E. R. C; MARIN, A. M.; PIMENTEL, M. S; RIVERO, S.; SILVA, I. C.; FRANZ, I. T.; BRÜZEKE, J. Economia e sociedade na Região do Tocantins, Pará. **Paper do NAEA**, Belém, n. 259, 32 p., mar. 2010.

BENTES, E. S. HOMMA, A. K. O., Santos, C. A. N. Exportações de polpa de Açaí do Estado do Pará: situação atual e perspectivas. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria, RS. **Anais** [...] Brasília, DF: SOBER, 2017.

CRISPIM, D. L.; FERNANDES, L. L.; RODRIGUES, R. S. S.; SILVEIRA, R. N. P. de O.; VIEIRA, A. S. de A. **Espacialização da cobertura do serviço de saneamento básico e do índice de desenvolvimento humano dos municípios do Marajó, Pará.** Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Pombal –PB, v.11, nº 4, p. 112-122, 2016. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2016/2238-1481126523.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

GALEÃO, P. **Potencialidades e limites da cadeia de valor do açaí em boca do Acre.** Brasília: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017.

HOMMA, A.K.O.; NOGUEIRA, O.L.; MENEZES, A.J.E.A.; CARVALHO, J.E.U.; NICOLI, C.M.L.; MATOS, G.B. Açaí: novos desafios e tendências. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, PA v.1, n.2, p.7-23, jan./jun. 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS: 2015 a 2017.** Brasília, IBGE, 2017.

IICA - INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Desenvolvimento regional sustentável, Cultura Açaí:** Editorial. Brasília: Banco do Brasil, IICA, 2017.

MEIRA, M. **O tempo dos padrões.** 1993. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

MULLER, A.A.; FARIAS NETO, J. T.; ESPÍRITO SANTO, D. E. S.; Silva, M. R. A., Variação Genética em Progenies de Açaizeiro Branco. **Revista Científica Agrária**, Belém, PA, n. 43 p. 193 –188, jan.– jun., 2005.

OLIVEIRA, M. S., CARVALHO, J.E, NACIMENTO, W. M. O., MULLER, A.A. **Cultivo do açaizeiro para produção de frutos.** Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, jun. 2002. (Comunicado Técnico, 26).

OLIVEIRA, M. S. P., FARIAS NETO, J.T. Cultivar BRS-Pará: **Açaizeiro para produção de frutos em terra firme.** Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, dez. 2004. (Comunicado Técnico, 114)

PAGLIARUSSI, M. S. **A cadeia produtiva agroindustrial do açaí**: Estudo da cadeia e proposta de um modelo matemático. 2010. Dissertação - Universidade Estado de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.

QUEIROZ, J. A. L.; MOCHIUTTI, S. Tipos de açazais do Estuário Amazônico e efeitos das intervenções praticadas por extratores ribeirinhos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA IUFRO, 2000, Belém, PA. **Anais** [...] Belém, PA: s.n., 2000.

QUEIROZ, J.; A. L.; MOCHIUTTI, S. **Guia prático de manejo de açazais para produção de frutos**. 2. ed. Brasília-DF: Embrapa, 2012.

TAVARES, G. S.; HOMMA, A. K. Comercialização do açaí no Estado do Pará: Alguns Comentários. **Revista Eumednet**. Observatório de la Economia Latino- Americana. Brasil, Setembro, 2015.

ZANATTA, G. V. **O extrativismo de açaí (Euterpe Precatoria Mart.) e os sistemas produtivos tradicionais na Terra Indígena Kwatá-Laranjal Amazonas**. 2012. Dissertação - Instituto Nacional De Pesquisas Da Amazônia – Inpa. Programa De Pós-Graduação em Ciências de Florestas Tropicais. Manaus, 2012.

AMÊNDOA DE BABAÇU

Ianelli Sobral Loureiro^{4;5}

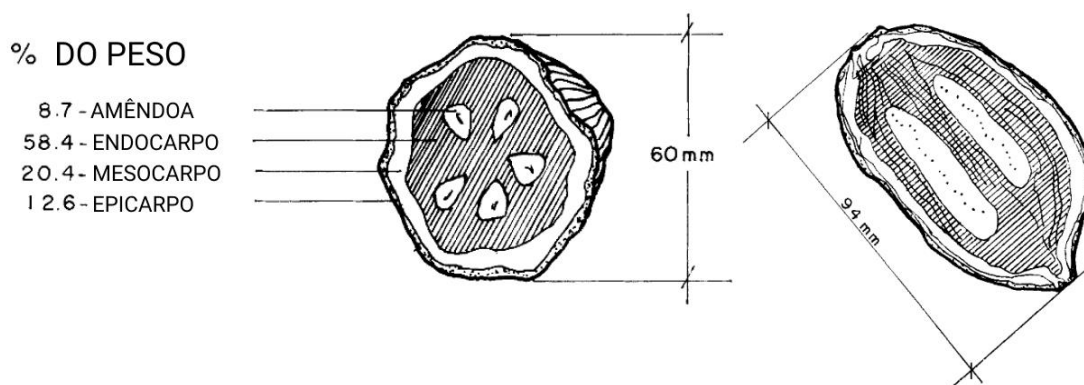
INTRODUÇÃO

O Babaçu (*Attalea speciosa*) é uma palmeira que atinge cerca de 20m de altura cuja ocorrência predomina em zonas de várzea junto do vale dos rios e, com menor frequência, em colinas e elevações.⁶ A palmeira é originária de zonas de transição entre as florestas úmidas da bacia amazônica e as terras semi-áridas do Nordeste. Os estados que concentram a maior quantidade de palmeiras Babaçu por hectare são o Maranhão e o Piauí, com áreas cuja densidade é superior a 200 palmeiras por hectare.

Esta espécie é nativa das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Ocorre nos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Pará, Amazonas, Ceará, Minas Gerais e Bahia, em um total de 279 municípios.

A palmeira Babaçu atinge a maturidade com 8 a 10 anos de vida, alcança plena produção por volta dos 15 anos de idade, e tem uma vida média de 35 anos. Produz frutos durante todo o ano. Cada palmeira produz de 3 a 6 cachos de frutos, com uma média de 150 a 300 cocos em cada cacho. Cada coco possui em média 3 amêndoas em seu interior.⁷

Figura 1 – Tamanho e composição médios do Coco Babaçu com base em amostras de 6 diferentes populações.



Fonte: Governo do Estado do Maranhão, 1978.

⁴ Agrônoma. Gerente de Produtos da Sociobiodiversidade. ianelli.loureiro@conab.gov.br.

⁵ Colaboração: Diego Fernandes dos Santos.

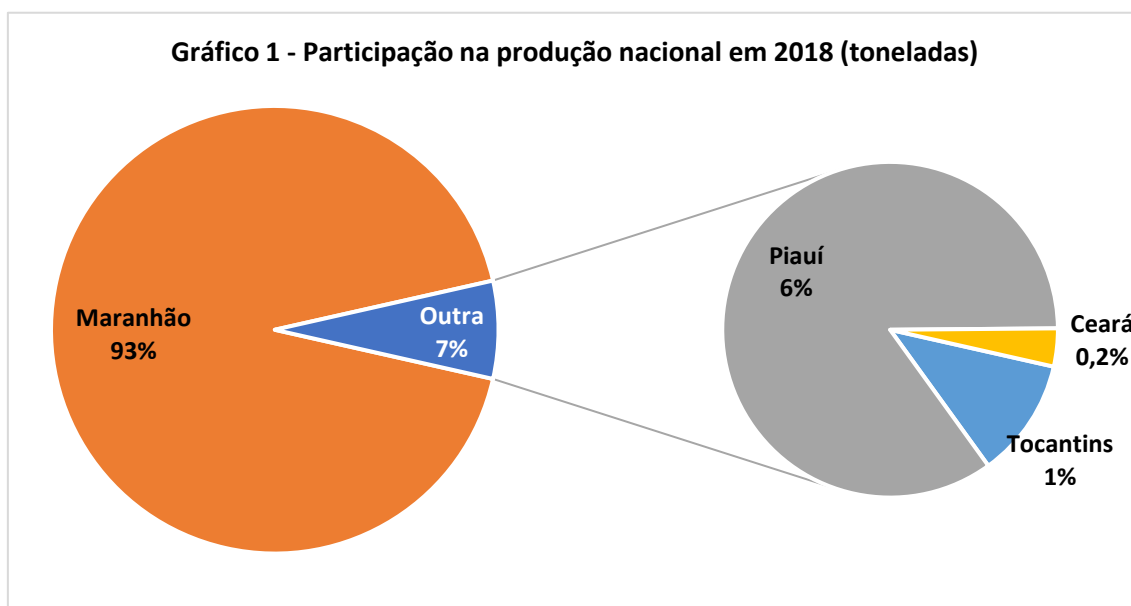
⁶ DESER – DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTUDOS SOCIO-ECONOMICOS; BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **A cadeia produtiva do babaçu**: estudo exploratório. Curitiba: Deser, 2007. (Convênio MDA 112/2006)

⁷ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente. **Promoção nacional da cadeia de valor do coco babaçu**. Brasília: MMA, Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, 2009.

1. PANORAMA NACIONAL

A exploração dos frutos desta espécie se dá através da extração vegetal a partir de plantas não cultivadas, especificamente em áreas de ocorrência natural. Segundo dados de Produção da Extração Vegetal publicados pelo IBGE, a atividade extrativista no estado do Maranhão foi responsável pela produção de 47.116 toneladas de amêndoas de Babaçu no ano de 2018. Esta quantidade produzida corresponde à cifra de R\$ 83 milhões de reais, e representa 92,8% do total produzido em território nacional. Logo na sequência encontra-se o estado do Piauí, cuja extração vegetal do Babaçu rendeu mais de 3 mil toneladas de amêndoas no mesmo ano.

Gráfico 1 - Participação na produção nacional em 2018 (toneladas)



Fonte: PEVS/IBGE

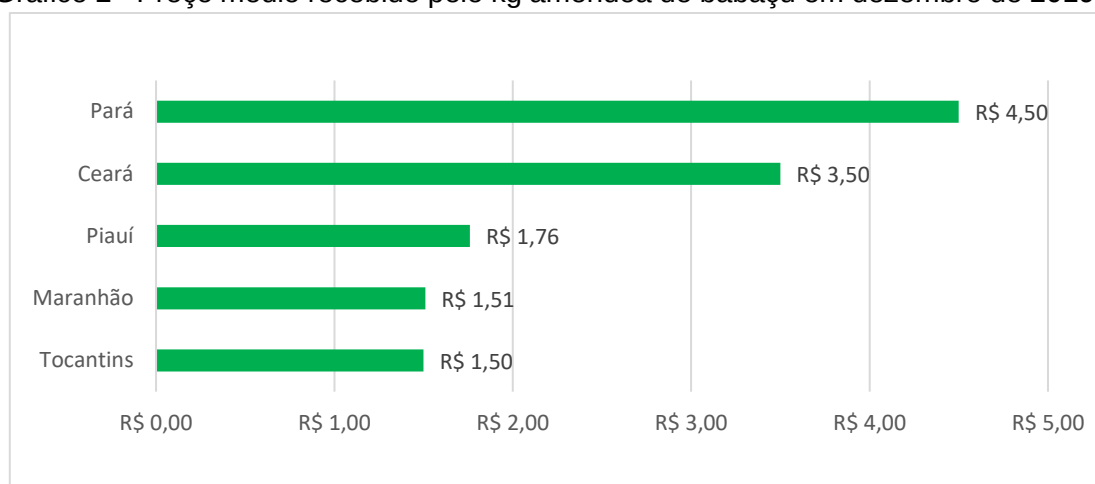
É possível constatar que a produção de amêndoas de babaçu é mais expressiva no Maranhão (Gráfico 1), onde o preço médio recebido pelas produtoras na comercialização da amêndoa (Gráfico 2) é relativamente inferior quando comparados estados com menor representatividade na produção. Na tabela 1 estão representadas as médias de preços recebidos pelas produtoras extrativistas de amêndoa de Babaçu no quarto trimestre dos anos de 2018 e 2019 para os estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Durante esse período, observa-se que, com exceção do estado do Ceará, o preço desta amêndoa vem caindo ligeiramente no mercado nacional, quando comparados com os preços praticados no mesmo período do ano de 2018.

Uma possível causa para a crescente desvalorização da amêndoa do babaçu em termos de preços pagos aos produtores origina-se na gradual eliminação de barreiras não tarifárias que tem ocorrido ao longo dos anos, o que viabiliza a importação de produtos concorrentes aos derivados

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

do babaçu, como o óleo de palmiste e palma, originários das palmeiras de dendê. Tais produtos concorrentes chegam em território nacional com preços baixos devido à natureza dos sistemas produtivos nos quais são cultivadas tais espécies no sudeste asiático. A produção nacional de babaçu, portanto, acaba por ser gradualmente realocada à produção de sabão por unidades fabris localizadas no Maranhão, perdendo espaço no mercado de processamento de óleos láuricos, o qual gera rendimentos comparativamente superiores⁸.

Gráfico 2 - Preço médio recebido pelo kg amêndoa de babaçu em dezembro de 2019 (R\$/Kg)



Fonte: Siagro/Conab

A tabela a seguir traz os dados de preço médio recebido pelo produtor referentes ao quarto trimestre de 2018 e 2019.

Tabela 1 - Preços recebidos pelo produtor de amêndoa de Babaçu (R\$/Kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2018			4º TRIMESTRE DE 2019			VARIÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez				
CE	3,00	3,00	3,00	3,50	3,50	3,50	17%	17%	17%	R\$ 3,82
MA	1,83	1,93	2,05	1,48	1,51	1,51	-19%	-22%	-26%	
PA	-	-	3,00	4,50	4,50	4,50	-	-	50%	
PI	2,55	2,55	2,55	1,93	1,92	1,76	-24%	-25%	-31%	
TO	1,50	1,51	1,54	1,50	-	-	0%	-	-	

Fonte: Siagro/Conab

⁸ PORRO, Roberto. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, jan.-abr. 2019.

2. MERCADO EXTERNO

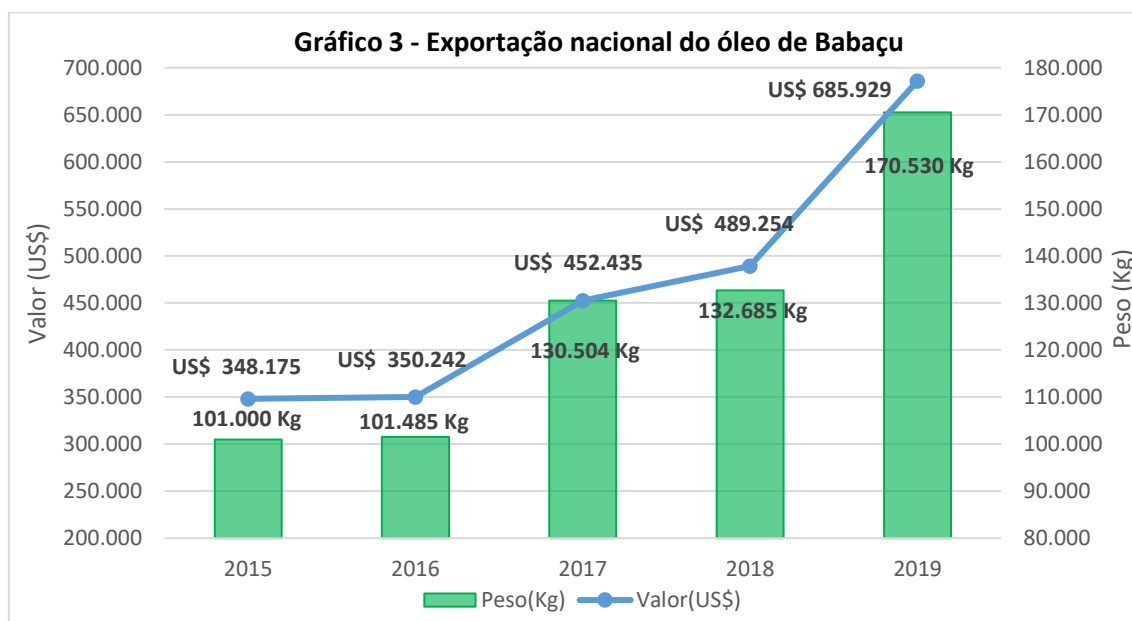
No comércio exterior, o óleo de babaçu concorre nos mercados de óleos alimentícios e também de óleos láuricos. Entre os óleos alimentícios, o óleo oriundo da amêndoa do babaçu vem perdendo espaço para o óleo de soja devido ao fato de que este segundo chega ao mercado consumidor consideravelmente mais barato e que possui características moleculares que tornam preferível sua manipulação em altas temperaturas pela maior resistência térmica frente ao fenômeno de desnaturação lipídica.

Os óleos láuricos são aqueles oriundos de palmeiras nativas tropicais e que possuem elevada concentração de ácido láurico na sua composição. Este ácido é também encontrado no leite materno e participa no controle de algumas funções do metabolismo humano. O consumo de óleos láuricos é, hoje, comumente indicado por médicos a seus pacientes no combate a alguns casos de atividade viral e bacteriana.

Além disso, um óleo láurico pode facilmente ser metabolizado no organismo humano sem a necessidade de uma enzima específica na reação. Isso significa que a conversão em energia acontece de forma rápida e a porção lipídica não é armazenada em forma de tecido adiposo⁹. Desta forma, o óleo de Babaçu também vem sendo procurado por indivíduos comprometidos com programas de emagrecimento.

Entre os demais óleos láuricos, um forte concorrente do óleo de Babaçu no mercado internacional é o óleo de Palma, produzido em regime intensivo e mecanizado na Indonésia e na Malásia, o que se reflete em baixos preços de prateleira. Todavia, apesar das particularidades referentes ao consumo, o Brasil vem exportando ainda mais óleo de Babaçu ano a ano. As exportações deste produto referentes ao ano de 2019, como evidencia o Gráfico 3, totalizaram 170 toneladas e somaram cerca de 680 mil dólares, quase o dobro do valor exportado do mesmo produto, quatro anos antes.

⁹ NOSLIG, Monica. O que são óleos láuricos? Quais são seus benefícios? Portal da Saúde e Bem-Estar. Website Corpo Mente Saúde. Disponível em: <https://corpomentesaude.com.br/o-que-sao-oleos-lauricos/>. Acesso em: 13 fev. 2020.



Fonte: Agrosat/MAPA

3. AÇÃO GOVERNAMENTAL

Devido à situação de baixo valor da amêndoa de babaçu no mercado nacional, a execução da Subvenção Direta ao Produtor Extrativista no âmbito da PGPM-Bio tem contribuído com cerca de 60% da remuneração de venda das produtoras maranhenses que acessam a política. Esta subvenção do governo federal é viabilizada por meio da Companhia Nacional de Abastecimento.

Segundo publicação do PNUD/IPEA em 2017, os estados do Piauí, Maranhão e Alagoas ocupam, respectivamente, as três posições mais baixas no *ranking* de IDH das unidades da federação. O rendimento domiciliar *per capita* no estado do Maranhão é de R\$ 605 por mês. Sabendo que o cálculo *per capita* de qualquer variável é derivado de uma média aritmética, é evidente que o rendimento mensal de muitas famílias não alcança este patamar, em média 26% da população, vive em condição de extrema pobreza no estado.

No contexto da amêndoa de babaçu, o Piauí e o Maranhão são os dois estados cuja produção é mais expressiva em âmbito nacional. No ano de 2019 a PGPM-Bio subvencionou a venda de 5,3 mil toneladas da amêndoa pagando 8,7 milhões de reais para cerca de 5,5 mil famílias, pessoas que encontram na venda desta amêndoa a base de sua sobrevivência. Sem a atuação desta importante política na cadeia do Babaçu, milhares de quebradeiras de coco enfrentariam um mercado de preços pouco competitivos e, possivelmente, devido à pouca atratividade dos rendimentos não desempenhariam esta ocupação.

As consequências disso seriam catastróficas, tanto da perspectiva socioeconômica como ambiental. Grande parte dos babaçuais brasileiros estão localizados dentro de porções privadas de terra, muitas das quais desempenham atividades agrícolas convencionais. Os produtores

extrativistas do coco Babaçu conquistaram, através da Lei do Babaçu Livre¹⁰, o direito de transitar por essas propriedades que contém babaçuais e coletar seus frutos. Esta lei, por outro lado, proíbe o agricultor proprietário de mais de um módulo fiscal de terras de realizar a retirada das palmeiras babaçu sem a apresentação de um plano a ser outorgado por órgão ambiental federal. Somente podem ser retiradas as palmeiras improdutivas, é vedado o uso de herbicidas para esta tarefa.

A remanescência dos babaçuais protege, de forma indireta, a vegetação nativa dos biomas nos quais estão inseridos. A amêndoa deste fruto, além de representar a subsistência de milhares de brasileiros pobres, vem ganhando bastante espaço no mercado internacional. As indústrias de processamento pagam valores cada vez mais competitivos e demandam quantidades crescentes nesse mercado diferenciado e consciente. As comunidades extrativistas, por outro lado, seguem sendo pivôs no mecanismo de desenvolvimento sustentável regional.

¹⁰ MARANHÃO. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei nº 231 de 2007 que dispõe sobre a proibição de derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/PL-231-2007-Baba%C3%A7u-Livre.pdf>. Acesso em: 21 fev. de 2020.

AMÊNDOA DE BARU

Humberto Lobo Pennacchio¹¹

1. PRODUÇÃO

A Castanha do Baru (*Dipteryx alata* Vog), da família Fabaceae, é o fruto do baruzeiro, árvore nativa do cerrado. Também é conhecida pelos nomes de cumbaru, cumaru, castanha de burro, coco barata e coco feijão. Esta árvore frutífera ocorre com maior frequência nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, onde a sua coleta e comercialização é bem difundida. Em menor escala há também a ocorrência desta frutífera nos estados da Bahia, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia e norte de São Paulo.

O período de coleta é relativamente curto, iniciando no mês de agosto e com término em outubro, variando de acordo com a região e as condições climáticas, o que pode provocar antecipações ou retardamento do mesmo. Outra característica a ser considerada é a safra produtiva deste fruto, que só ocorre a cada dois anos.

Os números da produção brasileira são coletados pelo IBGE, que em seu último levantamento contido na pesquisa sobre a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura de 2018 (PEVS), apresentou uma produção de 95,8 toneladas de baru. Para a safra 2019 ainda não há um número oficial da quantidade colhida. Mas levando-se em consideração as características sazonais do produto citadas no parágrafo anterior, aliado ao comportamento dos preços no período analisado, que compreende o final da época de coleta, a expectativa é de um número bem próximo do observado no ano anterior.

2. ANÁLISE DE MERCADO

No trimestre e nos estados analisados, o comportamento dos preços do produto, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, mostraram diferentes variações, com destaque para Mato Grosso do Sul, estado cuja produção apresentou um patamar de preços nominais em média 130% superior aos demais estados analisados. A alta ocorreu mesmo apesar da queda observada nos meses de outubro e novembro em relação ao mesmo período do ano anterior, característica deste estado, e resultado da pouca oferta do produto. Minas Gerais, apresentou a maior variação percentual no trimestre analisado, resultado do aumento da demanda pelo produto. O comportamento dos preços pagos ao produtor extrativista pode ser observado na tabela 1.

Ainda com relação a produção em Minas Gerais, é importante nomear as três principais regiões de produção e comercialização, localizadas no norte do estado, quais sejam: Chapada

¹¹ Economista e Analista de mercado dos produtos: andiroba, baru, borracha, castanha do Brasil e macaúba.

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

gaúcha, Pirapora e São Francisco. O município de Pirapora, se destaca, por ser um pólo produtor, exportador e concentrador de negócios para o produto.

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Baru amêndoa (R\$/kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2018			4º TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez				
MG	22,50	24,43	25,00	30,92	32,05	25,00	37%	31%	0%	R\$ 13,22
MS	70,00	63,19	55,00	57,50	57,72	57,56	-18%	-9%	5%	
MT	25,00	25,00	SI	23,78	25,00	25,00	-5%	0%	-	

Fonte: Siagro/Conab

AMÊNDOA DE CACAU

Ianelli Sobral Loureiro¹²

1. PANORAMA NACIONAL

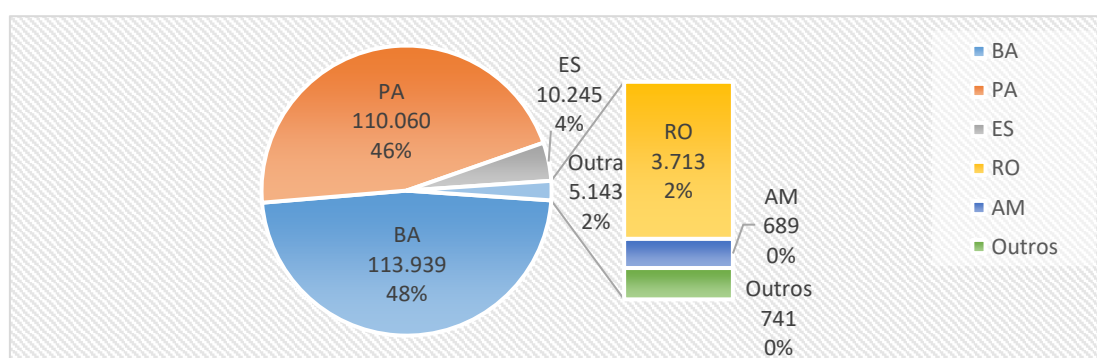
Em 2018 a produção de amêndoa de cacau no Brasil movimentou cerca de 2,2 bilhões de reais, produzindo cerca de 239 mil toneladas. Desse montante, a Bahia foi responsável por 48% da produção, seguida do Pará com 46%. Ambos os estados têm a sua estrutura de organização em produção empresarial ou familiar. O Amazonas fica com uma fatia muito pequena dessa produção, pois sua organização agroextrativista aliada a questões de escoamento da produção para os grandes centros consumidores (basicamente Ilhéus, na Bahia) dificultam o avanço da atividade, com estimativa de capacidade muito superior da atual.

A produção de cacau extrativo de áreas nativas na Amazônia corresponde, segundo os dados de 2018 do IBGE, a apenas 0,28% de todo o cacau produzido no Brasil, totalizando 689 toneladas. Mesmo sendo uma parcela pequena da produção, o cacau extrativo é de grande importância para muitas famílias e, devido à reconhecida qualidade das amêndoas da região, vislumbra-se um mercado com potencial de expansão, principalmente se tiver como alvo nichos específicos de comercialização.

Há mais de 40 municípios que produzem cacau no Estado do Amazonas, segundo a Ceplac, predominando nessa atividade famílias de ribeirinhos. A dificuldade na comercialização faz com que o produto, apesar de ser de boa qualidade, seja comercializado com preços bem abaixo dos praticados nos maiores centros produtores da amêndoa do Brasil. Essa junção de preços baixos e dificuldades de comercialização acaba resultando em um potencial não aproveitado de cacau na região.

O gráfico 1 traz informações a respeito da participação estadual na produção do fruto do cacau no ano de 2018 para os estados cuja produção é mais expressiva.

Gráfico 1 – Produção de amêndoa de cacau em 2018 – Brasil



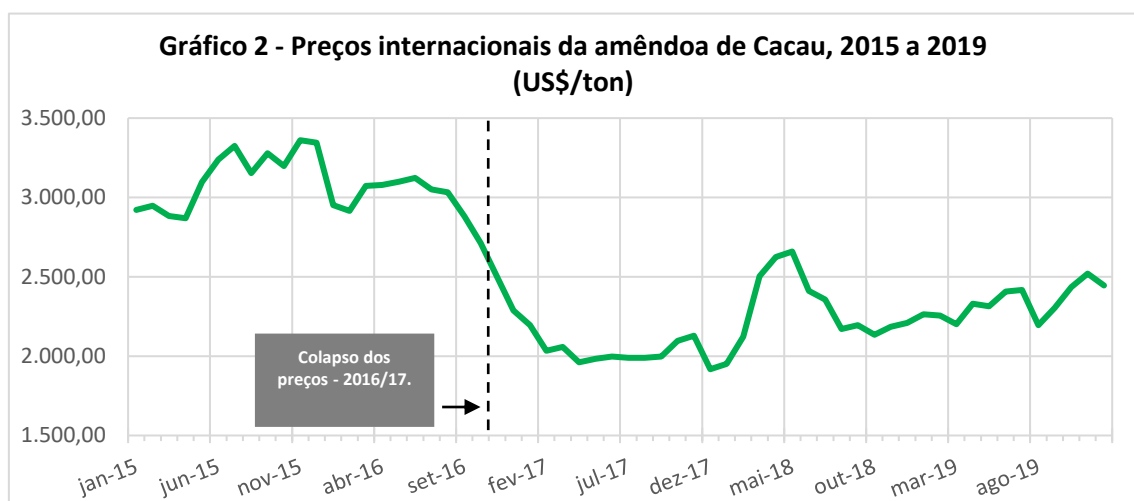
Fonte: PAM/IBGE

¹² Colaboração: Diego Fernandes dos Santos.

2. PANORAMA INTERNACIONAL

Em junho de 2019, Gana e Costa do Marfim fixaram um “prêmio” de US\$ 400 para cada tonelada de seu cacau *bulk* comercializado em bolsa de valores para contratos futuros que datam a partir de outubro de 2020. O prêmio consiste em um excesso no preço de um contrato futuro, fixado sobre o preço de mercado daquele produto. Estes dois países juntos são responsáveis por mais de 60% da produção global de cacau, e esta decisão já afeta o preço de produtos derivados de cacau comercializados em todo o mundo¹³.

O objetivo de se adotar esta medida de proteção, segundo os governos que a publicaram, é promover um justo e estável influxo de pagamento para os produtores de cacau. Além do mais, com a adoção desta medida protege-se os produtores de situações de grande impacto, como o colapso de preços do cacau ocorrido em 2017, ilustrado na série histórica de preços no gráfico 2.

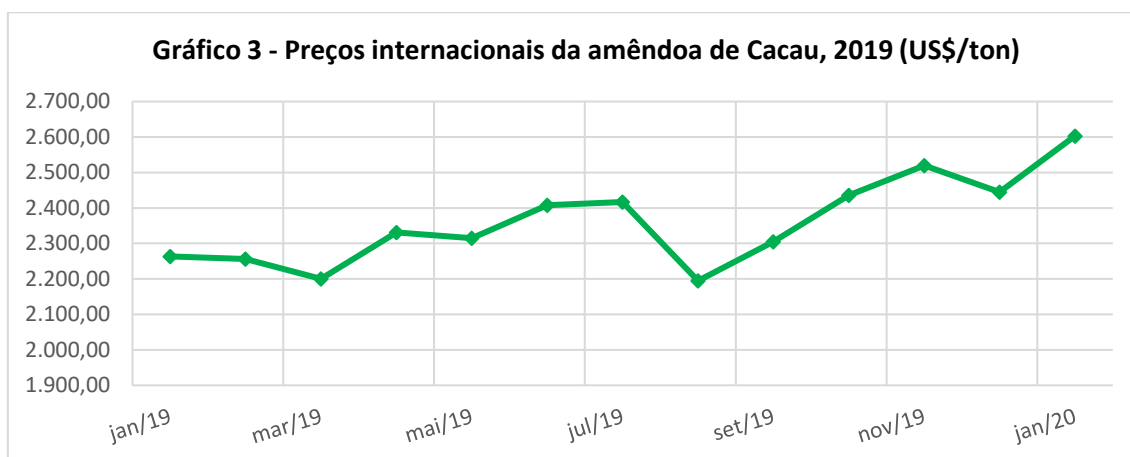


Fonte: International Cocoa Organization

Nota: Média mensal dos preços diários da amêndoa de cacau nas cotações ICE Futures de Londres de Nova Iorque de 2015 a 2019.

Em um mercado global de chocolate avaliado em mais de 100 bilhões de dólares, produtores de cacau recebem em média a pequena quantia de 6,6% do valor de cada tonelada de cacau que vendem. De acordo com o Grupo Banco Mundial, esta baixa remuneração é responsável pela situação de pobreza de pelo menos 80% dos produtores de cacau do mundo, cerca de 4 milhões de pessoas e suas famílias, as quais vivem com menos de \$3 dólares americanos por dia.

¹³ BYUNG-WOOK, Kim. **African cocoa cartel's price hike stirs up Korean chocolate makers.** Website The Korea Herald. Publicado em fev 12, 2020. Disponível em: <http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20200211000872>. Acesso: 26 fev. 2020.



Fonte: International Cocoa Organization

Nota: Média mensal dos preços diários da amêndoa de cacau nas bolsas ICE Futures de Londres de Nova Iorque no ano de 2019.

Além disso, a produção de cacau do início de 2020 em Gana vem sofrendo grandes danos pela situação climática adversa no país. Segundo autoridades locais, o clima é uma grande preocupação para a produção de cacau. Entrevistados relatam que não chove há mais de quatro meses. O calor é tão forte que os cacauzeiros encontram dificuldades em começar o processo de floração. Nesta época do ano deveria ser possível encontrar muito mais “cherelles” (ou cacauzeiros jovens) do que ocorrem de fato¹⁴.

Apesar de o maior impacto climático ter acontecido em Gana, a produção de cacau da Costa do Marfim também foi afetada. As estimativas de volume de produção feitas para as safras africanas de cacau em 2020 não serão alcançadas. Este fator somado à fixação do prêmio aos contratos futuros elevará os preços internacionais. Segundo projeções do ICCO, o preço da tonelada de cacau na bolsa de valores pode retornar a patamares registrados em meados de 2016 (gráfico 2). A tabela 1 sumariza a revisão das estimativas feitas pelo ICCO no final de 2019 para produção, processamento e estoques devido às recentes mudanças na conjuntura global para este produto.

¹⁴. REUTERS NEWS AGENCY. **Chocolate danger: Ghana's cocoa output hit hard by dry, hot winds**. AlJazeera – AJ Impact / Ghana. Publicado em 19 de Fev. de 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/ajimpact/chocolate-danger-ghana-cocoa-output-hit-hard-dry-hot-winds-200219142354072.html> .Acesso em: 26 fev. 2020.

Tabela 1 - Resumo revisado das estimativas (ICCO)

Ano do Cacau (Out-Set)	2017/2018	2018/2019		Variação Anual	
	Estimativas revisadas	Estimativas anteriores a/	Estimativas revisadas		
	Mil toneladas			%	
Produção Mundial	4 651	4 849	4 834	183	+ 3.9%
Processamento Mundial	4 596	4 783	4 807	211	+ 4.6%
Superávit/Déficit b/	+ 8	+ 18	- 21		
Estoque ao fim da safra	1 722	1 740	1 701	-21	- 1.2%
Razão estoque/processamento	37.5%	36.4%	35.4%		

Fonte: ICCO - Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics 2019

Notas: (a) Estimativas publicadas no Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics 2018/2019, vol. XLV nº 4.

(b) Produção mundial líquida subtraída da quantidade processada. (Safra bruta ajustada por perda de peso)

3. PREÇOS NACIONAIS

A tabela 1 traz os preços recebidos pelo produtor nacional de cacau na venda da amêndoa no quarto trimestre de 2018 e no quarto trimestre de 2019, segundo pesquisa de preços realizada pela Conab. Atualmente, os preços recebidos pelos produtores na venda de cada quilograma da amêndoa de cacau gravitam entre R\$ 9,00 e R\$ 12,00 seguindo tendência de ligeira elevação.

Tabela 2 - Preços recebidos pelo produtor de amêndoa de Cacau (R\$/Kg)

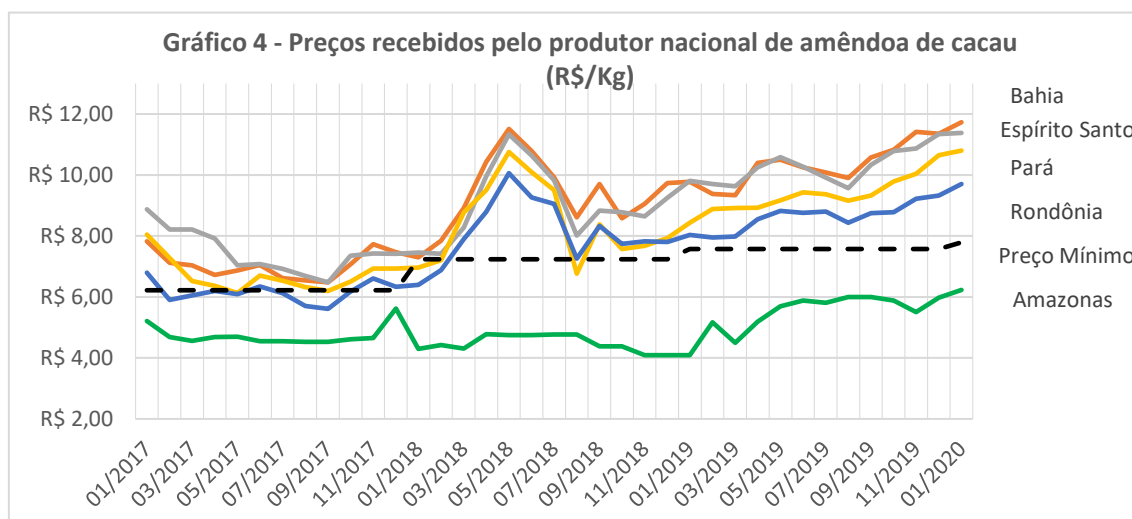
UF	4º TRIMESTRE DE 2018			4º TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez				
AM	4,38	4,09	4,09	5,88	5,5	5,98	34%	34%	46%	R\$ 7,79
BA	8,58	9,05	9,73	10,83	11,41	11,35	26%	26%	17%	
ES	8,78	8,64	9,25	10,79	10,87	11,34	23%	26%	23%	
PA	7,57	7,68	7,93	9,79	10,04	10,65	29%	31%	34%	
RO	7,74	7,82	7,80	8,78	9,22	9,33	13%	18%	20%	

Fonte: Siagro/Conab

Uma exceção ao conjunto é o preço recebido pelo produtor no estado do Amazonas, o qual tem permanecido em torno de R\$5,00/kg. Uma importante causa para esta grande diferença de preços reside na custosa logística de escoamento da produção no interior do estado. Por ser uma região de difícil acesso, cujo custo do transporte por quilômetro é elevado, o intermediário

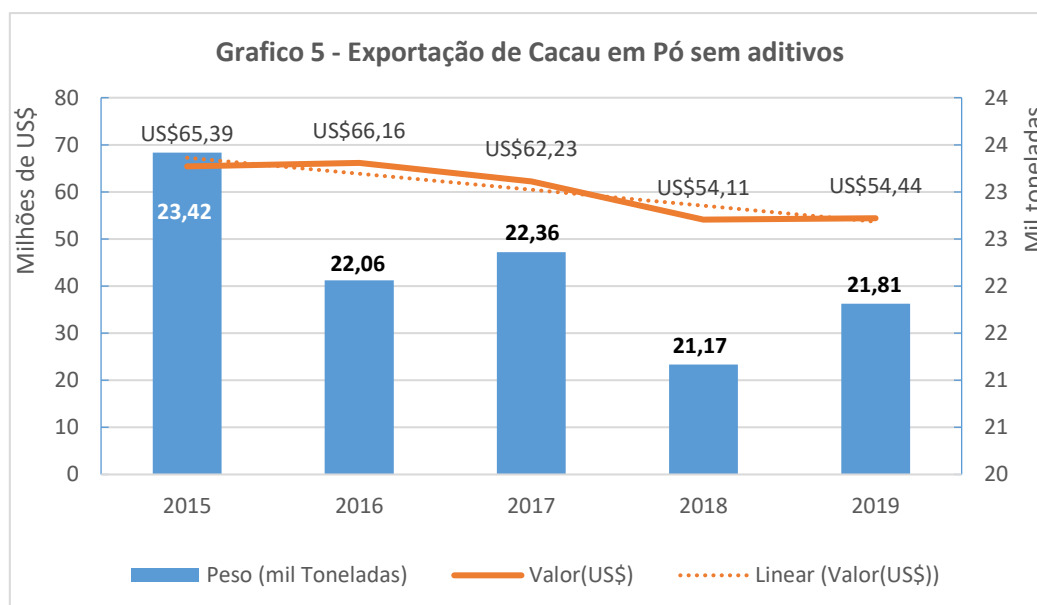
Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

responsável por comprar a amêndoa do produtor e vendê-la às firmas de refino repassa os elevados custos ao produtor, remunerando-o com menores preços. O gráfico 4 traz a série histórica de preços recebidos pelo produtores de amêndoa de cacau nos cinco estados cuja produção é mais relevante, desde 2017 até janeiro de 2020.



Fonte: Siagro/Conab

A elevação dos preços internacionais gera um superávit no rendimento por quilograma percebido por exportadores brasileiros, o que se traduz em uma remuneração ligeiramente maior ao produtor. O gráfico 5 relaciona informações de valor e volume de cacau em pó exportado do país, trata-se de um dos principais subprodutos da amêndoa de cacau, e sua análise reflete o comportamento de outros indicadores econômicos deste produto.



Fonte: Agrosat/MAPA

O indicador de rendimento financeiro pode ser atestado pela razão simples entre valor de produção e quantidade produzida de um mesmo ano. A razão anual entre valor e quantidade exportada no gráfico 5 tornam evidente que o rendimento por quilograma deste produto processado vem de fato diminuindo. Entretanto a perspectiva para o produtor de cacau brasileiro é otimista no que se refere à demanda pelo produto e aos preços praticados. O instrumento de subvenção direta ao produtor extrativista, executado pela Conab/MAPA no âmbito da PGPM-Bio, mostra ser de grande importância especialmente para o produtor do estado do Amazonas, por serem praticados, nesta unidade da federação, os preços mais baixos em todo o território nacional.

BORRACHA EXTRATIVA

Humberto Lobo Pennacchio

1. PRODUÇÃO NACIONAL

A produção extrativa do látex na região amazônica varia muito, dependendo do local de coleta. De modo geral, o processo ocorre em duas etapas durante o ano, sendo que a primeira compreende os meses de janeiro a junho e a segunda, de setembro a dezembro.

Nos últimos anos, a produção física medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem decrescido ano a ano, atingindo em 2018, último levantamento disponível, 875 toneladas, acumulando uma queda de 59,1% nos últimos sete anos. Esta situação de desestímulo à produção não ocorre só no Brasil, mas no mundo como um todo. É fruto de uma grande oferta da matéria prima promovida por grandes plantios efetuados nos últimos dez anos, principalmente na Indonésia, Malásia e Tailândia, e que entraram em produção nos últimos três anos, provocando um grande choque de oferta e consequentemente uma forte queda nos preços internacionais desta matéria prima.

2. ANÁLISE DE MERCADO

O comportamento dos preços recebidos pelos produtores no quarto trimestre de 2019, com base nas cotações médias coletadas nos estados produtores do bioma amazônico para o coágulo virgem com até 70% de teor de borracha seca (TBS), apresentou variação média entre os vários estados pesquisados, com mínimo de R\$ 2,12/kg e máximo de R\$ 2,50/Kg. A média nacional foi de R\$ 2,04/kg. Quando analisamos o trimestre no ano de 2019 em relação ao ano de 2018, Tabela 1, verifica-se que os preços apresentaram variação média de 15%, puxada pelo estado do Acre, que apresentou a média de 37,3% no período. Esta elevação generalizada nos preços médios do produto encontra, neste último trimestre, suporte nas políticas de amparo ao extrativista, implementadas pelos governos federal e estadual, com destaque para os estados do Acre e Amazonas, com programas de incentivo à produção extrativista, reativação/instalação de usinas de beneficiamento, treinamento e suporte empresarial.

Tais ações aliadas à procura pelo produto oriundo da floresta, despertaram uma demanda reprimida por este tipo de matéria prima, com apelo ambiental e de melhor qualidade, fazendo com que a indústria local remunerasse melhor o produtor. Esta nova realidade, trouxe mais incentivo à atividade extrativista, o que pode, em um futuro próximo, configurar-se em um aumento da produção, uma vez que existe potencial.

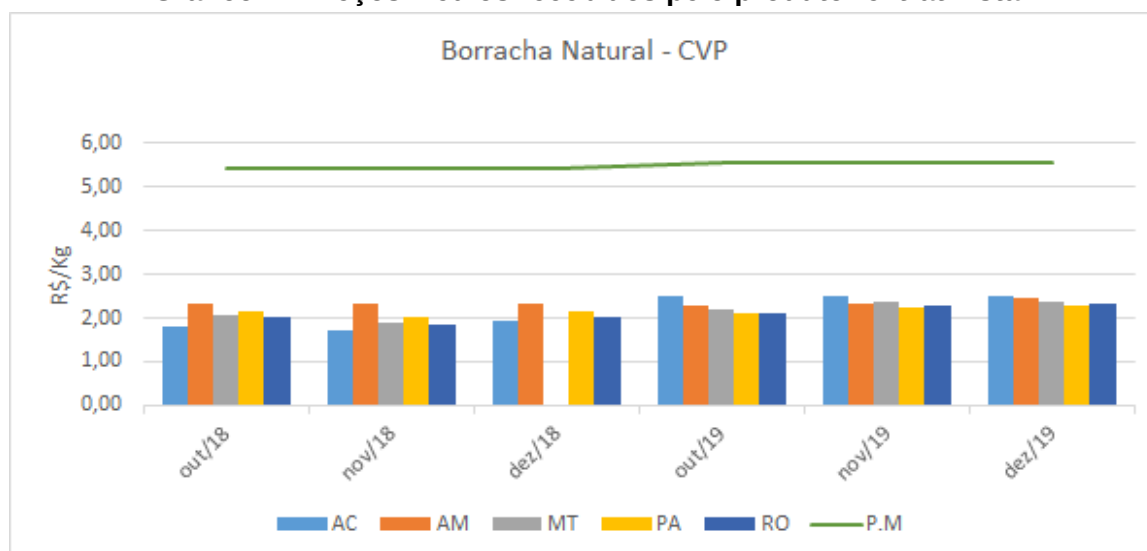
Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Borracha Natural –CVP (R\$/Kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2018			4º TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez				
AC	1,80	1,72	1,95	2,50	2,50	2,50	39%	45%	28%	R\$ 5,58
AM	2,31	2,31	2,31	2,30	2,34	2,45	0%	1%	6%	
MT	2,06	1,90	SI	2,20	2,35	2,36	7%	24%	-	
PA	2,15	2,02	2,15	2,12	2,25	2,27	-1%	11%	6%	
RO	2,00	1,83	2,03	2,12	2,29	2,32	6%	25%	14%	

Fonte: Siagro/Conab

O Gráfico 1 apresenta a variação dos preços nos estados com atividade extrativista e comercialização. A característica predominante praticada no mercado interno obedece, em parte, à lógica de precificação baseada nos preços internacionais, com destaque para os principais produtores e consumidores, localizados na Ásia, os quais praticamente regulam este mercado, ora ofertando ou retirando produto.

Gráfico 1– Preços Médios recebidos pelo produtor extrativista

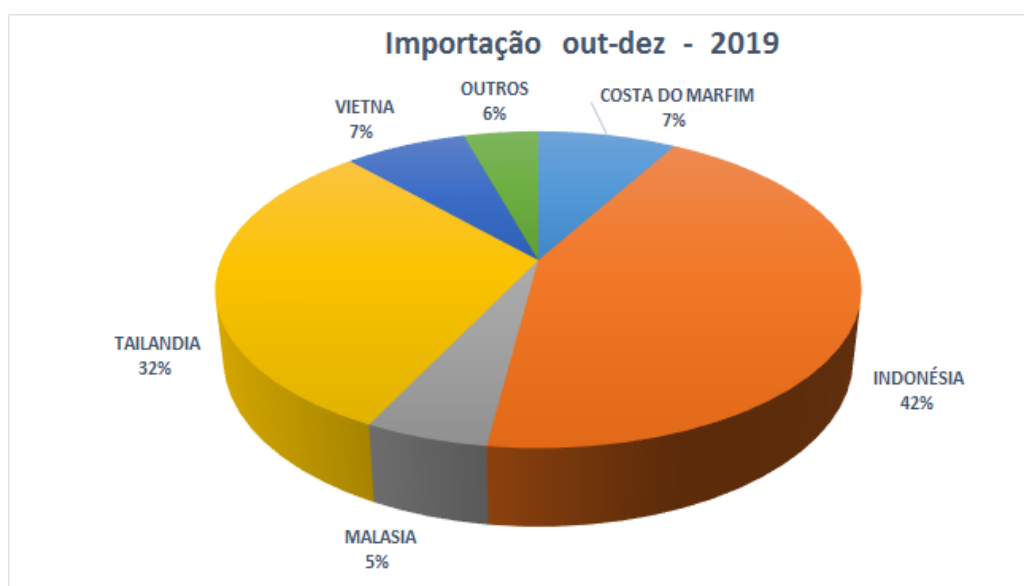


Fonte: Siagro/Conab

O Brasil importa entre 50% e 60% da matéria prima necessária para suprir o seu parque industrial na produção de pneus e artefatos de borracha. No trimestre em análise, outubro a dezembro de 2019, foram importadas 58,7 mil toneladas de borracha natural e gomas, 87% deste total proveniente da Ásia, com destaque para Indonésia e Tailândia (gráfico 2).

Além de serem prejudiciais à cadeia produtiva da borracha local, as incertezas do mercado também representam riscos à indústria nacional, que continua a depender fortemente das importações do produto, com diminuição da competitividade frente ao mercado global. No setor pneumático, o principal consumidor é a indústria localizada nos países asiáticos, a qual opera com menores custos de produção em relação à indústria brasileira de pneus, nos quesitos mão de obra e matéria prima.

Gráfico 2 – Importações Brasileiras de Borracha Natural



Fonte: Agrosat/MAPA

BURITI

Florence Rios Serra

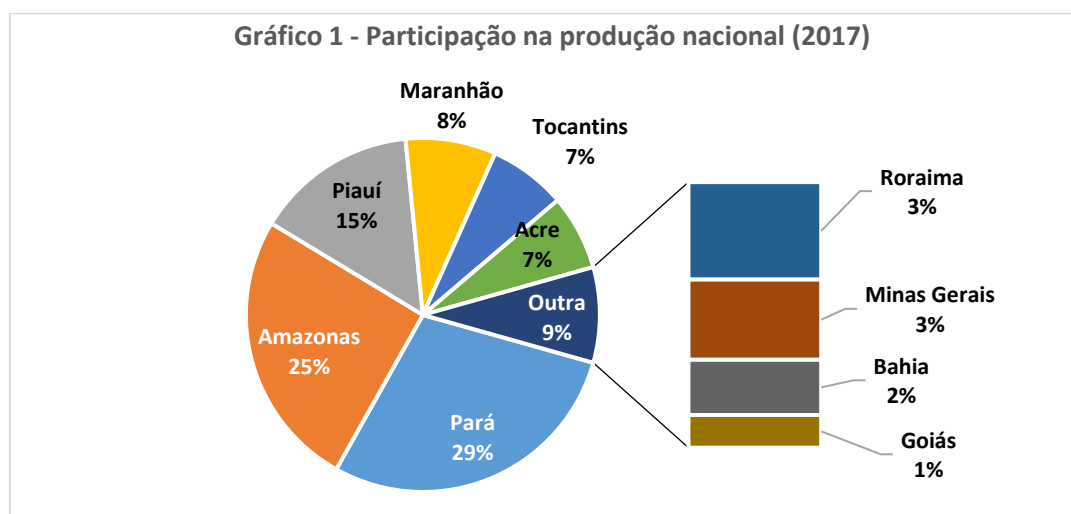
1. PRODUÇÃO

O buriti destaca-se pela versatilidade com que é usado pelo ser humano. É uma das palmeiras mais utilizadas pelas comunidades nos locais onde ocorre, tanto na região amazônica, como na região do cerrado. A palmeira floresce de setembro a abril e produz um fruto avermelhado, que fornece polpa e óleo, importantes geradores de renda para as comunidades agroextrativistas.

A cadeia produtiva de buriti no Brasil apresenta a fibra, como sendo o produto com maior volume comercializado no país, tanto no mercado interno como no mercado externo. No entanto, a polpa congelada de buriti, o doce e mais recentemente o óleo, têm sido as principais formas de comercialização nos mercados locais e para as indústrias de cosméticos, que o beneficiam e vendem para outras empresas, inclusive fora do país.

Quanto à perspectiva do extrativismo no Brasil, constata-se que o buriti é um produto da biodiversidade com grande potencial comercial, pois é o fruto de uma das palmeiras nativas mais abundantes do país, tendo a perspectiva de uso em larga escala, e sobretudo com papel relevante no contexto sociocultural de povos e comunidades tradicionais, que atualmente estão estimados entre 5 e 6 milhões de brasileiros (ECOBRAIL, 2018).

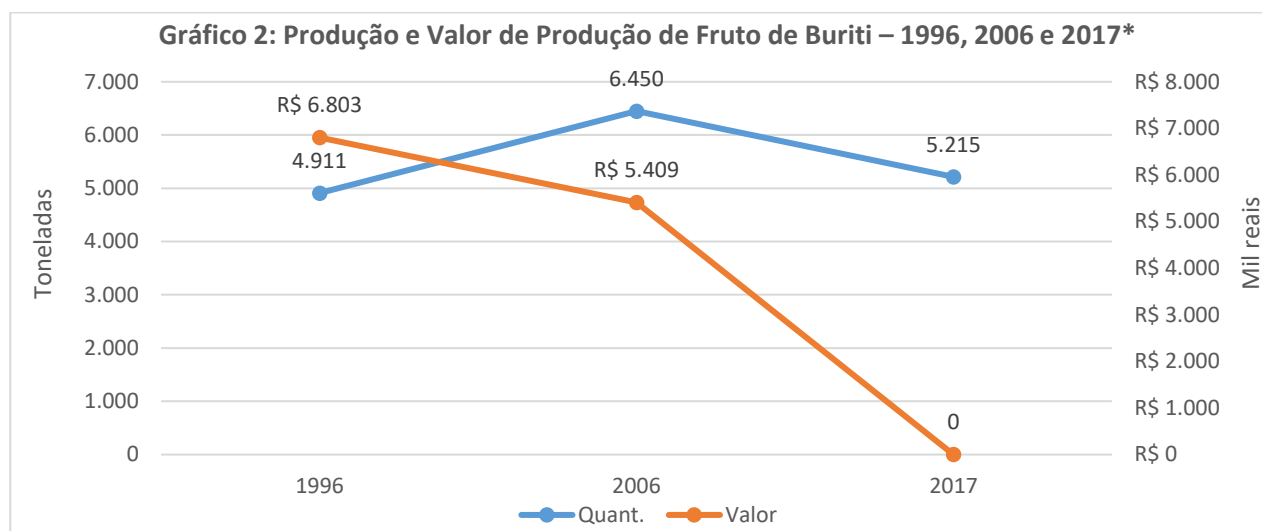
Os dados de produção do buriti não são divulgados pela PEVS (Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura), porém, são encontradas informações preliminares no censo agropecuário, realizado pelo IBGE em 2017, que aponta a produção de 5.215 toneladas de fruto, com o estado do Pará sendo o maior produtor nacional:



Fonte: Censo Agropecuário 2017/ IBGE

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

Conforme os resultados do Censo, a produção de Buriti (coco) teve os estados do Pará e do Amazonas como os maiores produtores nacionais, responsáveis por 53% da produção nacional. Em comparação com os censos realizados em períodos anteriores à produção de buriti apresentaram oscilação quanto ao volume e valor, conforme gráfico abaixo. Os dados de valores de 2017 ainda não foram divulgados.



Fonte: Censo Agropecuário / IBGE

Conforme visto no gráfico 2, segundo o Censo Agropecuário Brasileiro de 1996, o país produziu 4.911 toneladas do fruto de buriti. Já no censo agropecuário de 2006, foi registrada produção de 6.450 toneladas. Apesar do censo realizado em 2017 apresentar incremento de 6,1%, em relação a 1996, houve queda de 19,15% em relação à quantidade produzida em 2006, evidenciado uma oscilação no volume e valor de produção nos períodos analisados.

Em que pese a ascensão do coco do buriti como matéria-prima em algumas vertentes industriais, como a farmacêutica e de cosméticos, sua produção ainda não apresenta tendência de aumento de escala contundente. A oferta é muito dependente da formação de preço, que por sua vez, é determinada pela presença do produto no mercado.

A produção atualmente é feita com base no extrativismo. Na região amazônica, diversas comunidades têm se beneficiado, ao longo da última década, com o extrativismo do buriti, a exemplo das comunidades da Ilha de Marajó/PA. No Maranhão, no município de Paulino Neves, até 30% da população rural possui renda gerada pela comercialização do artesanato feito com a fibra do buritizeiro (SAMPAIO, 2011).

No interior do estado do Amazonas, existem cooperativas que produzem óleo de buriti artesanal, e que envolvem mais 200 famílias, com produção anual que pode chegar a 6 toneladas de óleo (LIMA *et al.*, 2013). No Cerrado existem algumas comunidades que produzem óleo de buriti

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

artesanal, a exemplo, nos estados de Goiás e Minas Gerais.

Estudos mostram que nas condições da região amazônica, algumas famílias trabalham em conjunto exclusivamente na extração de óleo de buriti, conseguindo uma renda mensal de, em média, até R\$ 3 mil por família (BARBOSA, 2016). Algumas cooperativas no Pará chegam a produzir 100 quilos de óleo por dia. Em 2014, uma cooperativa comercializou uma tonelada do óleo de buriti, gerando uma lucratividade de mais de 20 mil reais (MEIRELLES, 2015).

Com relação à quantidade de frutos, existem relatos de palmeiras com cerca de oito cachos com aproximadamente 5.700 frutos (CAVALCANTE, 1991 *apud* FERNANDES, 2001), e estimativas de que a palmeira feminina de buriti produz de 1 a 9 cachos e, cada cacho, de 600 a 1.200 frutos (CYMERYYS *et al.*, 2005). O buriti floresce quase o ano inteiro, mas, principalmente, nos meses de setembro a abril, em plantas femininas. A produção de frutos é intensa: segundo dados da Embrapa, em um hectare, considerando a média, 64 palmeiras produzem 200 quilos, obtendo-se 12,8 toneladas de fruto.

Dentre as limitações da cadeia produtiva do buriti, tem-se: mercado não consolidado; pouca organização social e produtiva; alta perecibilidade da polpa; alto custo de produção de óleo; pouco conhecimento em tecnologias de extração do óleo; irregularidade na oferta e na demanda; e falta de conhecimento sobre boas práticas de manejo e capacidade de coleta. No que se refere às oportunidades, destacam-se: grande diversidade de subprodutos; existência de um mercado diferenciado; alta qualidade cosmética do óleo; alta qualidade nutricional da polpa e; alto valor de mercado para o óleo. Diante desse cenário, a cadeia produtiva do buriti se caracteriza pelo potencial de gerar renda e conservar a Amazônia e o Cerrado (AFONSO, S. R.; ÂNGELO, H., 2011).

2. PREÇOS NACIONAIS

A tabela abaixo mostra os preços recebidos pelo produtor de buriti nos principais estados produtores, nas safras 2018 e 2019:

Tabela 1 - Preços recebidos pelo produtor de Buriti (R\$/Kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2018			4º TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez				
AC	0,31	0,35	0,36	0,65	0,71	0,79	110%	103%	119%	R\$ 1,24
AM	1,06	-	-	-	-	0,40	-	-	-	
PA	-	1,00	1,00	-	-	-	-	-	-	
RR	1,17	1,17	1,13	1,13	1,13	1,15	-3%	-3%	2%	

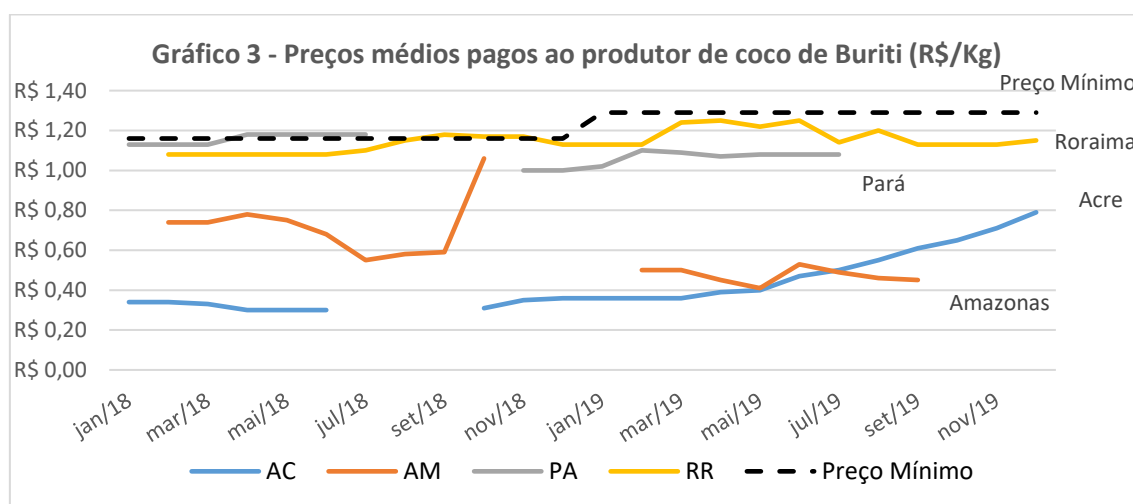
Fonte: Siagro/Conab

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

O preço pago pelo quilo do buriti é maior nos estados do Pará e de Roraima. No Amazonas, o preço se aproxima desses dois estados no período de pico de safra. O Acre é um grande produtor, contudo, o buriti acreano é um dos mais desvalorizados entre as regiões produtoras, e um dos principais motivos vem da dificuldade de escoamento do produto.

Conforme dados da tabela, todos os estados apresentaram preço recebido pelo produtor abaixo do preço mínimo na última safra (R\$ 1,16/Kg – 2018 R\$ 1,29 - 2019), sendo que o estado do Acre chegou a apresentar preço 75% menor que o preço mínimo estabelecido para o custo de produção. O gráfico 3 traz o comportamento da variação de preços ao longo do último período de safra do Buriti, e em relação ao preço mínimo 2018 e 2019.

Nos períodos de entressafra no estado do Amazonas e no Acre, não foram coletados os preços de comercialização do fruto do buriti. O Acre, Pará e Amazonas mantiveram suas variações de preço no decorrer dos meses abaixo do preço mínimo. O maior preço médio recebido pelo produtor foi no estado de Roraima (R\$ 1,18/kg). Em contrapartida, o Acre possui o menor preço médio entre os estados em análise, R\$ 0,39/kg. Os extrativistas acreanos são os mais prejudicados na relação com o atravessador, devido a vários fatores que vão desde a dependência de um único comprador até a dificuldade de escoamento e conservação do produto.



Fonte: Siagro/Conab

No estado do Maranhão não existe registro de coleta de preço, uma vez que a formação de volume e venda do fruto propriamente dito, ficam comprometidos. A matéria-prima de base para a produção de doces e artesanatos, principais derivados do buriti na região, são coletados por quem irá utilizá-los, impossibilitando a pesquisa de preços pela Conab. Contudo, com a ascensão do buriti como matéria-prima para indústrias farmacológicas e de cosméticos, a demanda pelo fruto deve crescer consideravelmente, e a formação de volume e aumento da comercialização do fruto nas praças do Maranhão serão consequência deste fenômeno.

Observa-se pelo gráfico que no período de agosto de 2018 a julho de 2019 os extrativistas comercializam o fruto do buriti por valores inferiores ao preço mínimo fixado pelo governo federal nos 4 (quatro) estados pesquisados: Acre, Pará, Amazonas e Roraima.

O preço mínimo foi estabelecido como base no valor do custo variável de produção, sendo assim, o gráfico demonstra a baixa rentabilidade dos produtores, indicando a necessidade urgente de medidas de apoio a estruturação dessa cadeia produtiva, por meio da implementação de políticas públicas.

Isso posto, é preciso estruturar a implementação da Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE), no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), para esses produtores, visando garantir um patamar mínimo de preço para que se mantenham na atividade, com um complemento de renda, que consequentemente incentiva a produção florestal e estimula a sua conservação.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Sandra Regina; ÂNGELO, Humberto. A Cadeia Produtiva do Buriti. In: CONGRESSO FLORESTAL LATINOAMERICANO, 5., 2011. Santa Maria, RS. **Anais** [...] Santa Maria, RS: UFSM, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7995790-A-cadeia-produtiva-do-buriti-mauritia-sp.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

BARBOSA, A. **Cooperativa produz sabonete com óleo de buriti, pataúá, andiroba e açaí**. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/05/cooperativa-produz-sabonete-com-oleo-de-buriti-pataua-andiroba-acai.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

CYMERYS, M.; FERNANDES, N. M. P.; RIGAMONTE-AZEVEDO, O.C. Buriti: Mauritia flexuosa. In: SHANLEY, P. e MEDINA, G. **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. Belém: Centro para Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR) e Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2005. 300 p.

FERNANDES, N. M. P. **Estratégias de produção de sementes e estabelecimento de plântulas de Mauritia flexuosa L. f. (Arecaceae) no Vale do Acre, Brasil**. 2001. 207 f. Tese. (Dourado em Ciências Biológicas Botânica) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Manaus. 2001.

LIMA, L. C. C.; MIRANDA, I. P. A.; FERREIRA, A. F. T. A. Estudo Socioeconômico Do Buriti (Mauritia Flexuosa L.F.) No Estado Do Amazonas. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIBIC/CNPQ - PAIC/FAPEAM, 2., 2013, Manaus. **Anais** [...] Manaus, 2013.

MEIRELLES, M. **Cooperativa de frutas nativas recebe novos equipamentos**. 2015. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/cooperativa-de-produtores-de-frutas-nativas-recebe-novos-equipamentos/>. Acesso em: 17 set. 2019.

SAMPAIO, M. B. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do buriti**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2011. 84 p.

CASTANHA DO BRASIL

Humberto Lobo Pennacchio

1. PRODUÇÃO NACIONAL

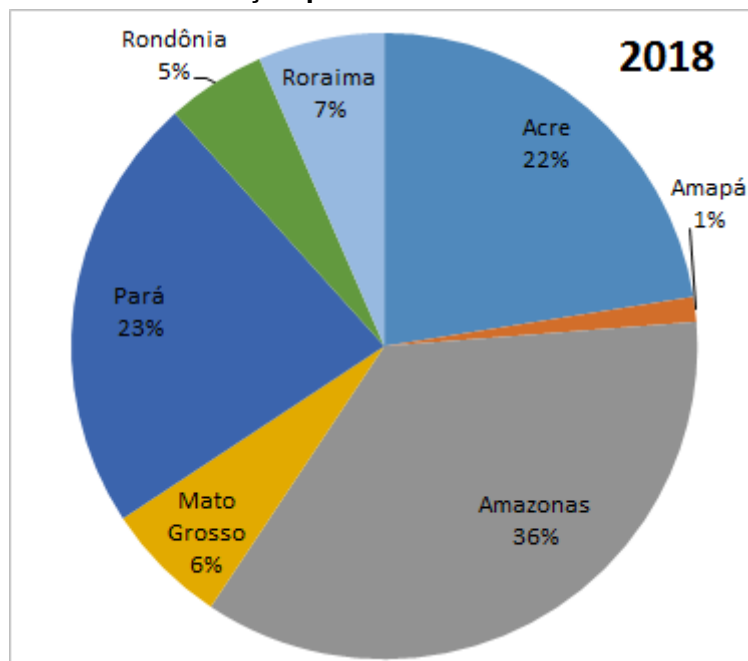
A cadeia produtiva da Castanha-do-Brasil, *Bertholletia Excelsa*, em razão de sua perfeita adaptação às exigências de preservação da natureza e de seu elevado cunho social, pois, representa, em conjunto com a seringueira, a base de sustentação das famílias extrativistas, gerando renda e as fixando nas áreas nativas, fortalecendo, assim, a preservação do Bioma em que se encontram inseridas. É um dos produtos mais importantes extraído das florestas de terra-firme no bioma Amazônia, sendo componente principal da renda das famílias extrativistas, associada à borracha e agricultura de subsistência.

As características de produção podem variar de acordo com as condições edafoclimáticas. No Estado do Acre, o início da floração ocorre entre os meses de outubro a dezembro e os frutos amadurecem em 14 ou 15 meses, caindo entre dezembro a fevereiro (pico de queda). Já no Pará, este padrão de floração muda com o aparecimento de flores nos meses de setembro a fevereiro e os frutos com o pico de queda entre janeiro a abril. No Amapá, região do Alto Jari, a dinâmica se altera com o período de coleta abrangendo os meses de abril a junho.

O trimestre em análise compreende o início da safra, ou melhor, o início da queda dos frutos (ouriços) em algumas regiões do bioma Amazônia. Este é o caso do Acre, local onde no mês de dezembro já se verifica está queda. Porém, neste estado, o início da safra só ocorrerá a partir de janeiro, uma vez que o risco de acidentes é muito acentuado nesta época.

Os números disponíveis da produção brasileira são levantados pelo IBGE, que em seu último estudo, divulgado na pesquisa sobre a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura de 2018 (PEVS), apresentou uma produção de 34,1 mil toneladas, 30,7% superior à obtida no ano anterior, distribuída entre os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará e Rondônia, sendo que os dois primeiros e o Pará responderam por cerca de 85% do volume produzido. O Estado do Amazonas contribuiu com a maior parcela da produção, um montante de 12.161 toneladas, seguido pelo Pará com 7.726 t e Acre com 7.681 t. O gráfico 1, demonstra a distribuição da produção nacional por estado. A produção ficou um pouco abaixo da média dos últimos seis anos, que foi de 36.01 mil toneladas.

Gráfico 1 – Produção percentual de Castanha do Brasil



Fonte: PEVS/IBGE

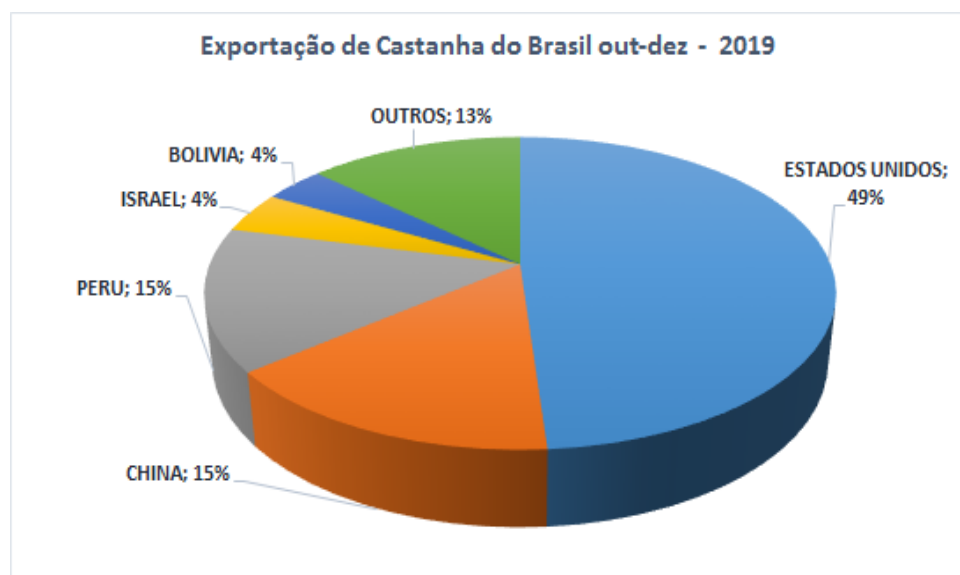
2. ANÁLISE DE MERCADO

O mercado da Castanha do Brasil obedece a uma lógica de precificação antes do início da coleta, final de outubro a início de novembro, onde é estabelecido por parte dos coletores um patamar mínimo para início de comercialização. Este patamar se baseia geralmente no último preço praticado no final da safra anterior, que tem seu final no mês de maio/junho.

Nesta cadeia produtiva, dadas as particularidades de cada região, o estado do Amapá se apresenta como o de período mais tardio para o início da coleta, geralmente junho de cada ano e se estendendo até agosto, sendo portanto último local de aquisição da produção. Esta particularidade faz com que o movimento dos preços obedeça a uma lógica diferente, uma vez que a fixação dos preços ocorre quando há uma grande oferta do produto, quando há pico da safra nas outras regiões.

O Brasil é, ao lado da Bolívia, um dos maiores fornecedores mundiais do produto, como pode ser observado no gráfico abaixo, onde são apresentados os principais países de destino da castanha.

Gráfico 2 – Principais Países Importadores de Castanha do Brasil



Fonte: Agrosat/MAPA

No trimestre em evidência, vale destacar a posição dos EUA como principal importador, tanto em quantidade, quanto em valor. Nestes três meses foram exportadas 368 toneladas de produto, o que gerou uma receita de US\$ 2,1 milhões, a um preço médio de US\$ 5,71/Kg.

MACAÚBA

Humberto Lobo Pennacchio

1. PRODUÇÃO NACIONAL

As informações constantes neste boletim para o produto em questão referem-se a dois estados, onde procedem-se o acompanhamento de preços e exposição das informações de mercado. Em Minas Gerais a safra ocorre entre outubro e março, porém neste ano houve uma antecipação no início da safra, consequência do regime de chuvas acima da média para a região. O levantamento da produção de macaúba, é realizado pelo IBGE e publicado anualmente na pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Estes levantamentos são feitos *in loco*, apenas em regiões/estados onde o produto é comercializado (Ceará, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais), sendo de grande utilidade, mas necessitando de ajustes e inclusões. A safra em 2018 produziu um total de 1.177, 5 toneladas.

2. ANÁLISE DE MERCADO

Os preços praticados para aquisição dos extrativistas do Alto Paranaíba variaram, no período analisado, entre R\$ 0,18 e R\$ 0,22, por quilo. Nesta região há uma grande movimentação de comunidades que se dedicam à atividade de coleta, incentivadas e assistidas pela empresa Inocas, que desenvolve um projeto piloto de extração de óleo de macaúba na comunidade do Sossego e, para tanto, presta assistência e adquire o produto em toda região.

No norte de Minas, outra região com bastante expressão na produção, o principal comprador é a cooperativa Cooperiachão. Nesta região os preços variaram entre R\$ 0,20 e R\$ 0,22 por quilo de produto. Este é um mercado, que poderíamos nominar de “opaco” com carência de informações em todos os níveis, como a maioria das cadeias de produtos extrativos.

O preço praticado varia bastante de acordo com a localidade. No Ceará, na localidade, Sítio Currais o preço praticado foi de R\$0,33/kg (o saco de 30kg foi comercializado a R\$10,00).

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Macaúba (Fruto) (R\$/Kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2018			4º TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez				
CE	SI	SI	0,53	SI	SI	0,40	-	-	-25%	R\$ 0,76
MG	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0%	0%	0%	R\$ 0,57

Fonte: Siagro/Conab.

MANGABA

Ianelli Sobral Loureiro¹⁵

INTRODUÇÃO

A mangabeira é uma árvore frutífera oriunda da Caatinga, facilmente encontrada no Cerrado e na região conhecida como Tabuleiros Costeiros, faixa que compreende todo o litoral brasileiro entre o Trópico de Capricórnio e a Linha do Equador. Variedades de mangaba também podem ser encontradas em outros países latino-americanos de mesma latitude, como Bolívia, Paraguai e no litoral do Chile.

Entre todas as potenciais aplicações para o aproveitamento da mangabeira, o fruto é o que representa valor comercial mais significativo. Na indústria de processamento de frutos de origem nordestina, a mangaba é uma das mais requisitadas produtoras de matéria prima.

Além da fabricação de sucos e polpas, a mangaba é comumente consumida *in natura* pelo seu sabor marcante e acentuado, é destinada para a produção de doces, compotas, licores, vinhos, xaropes, geleias e vinagres. Por ser capaz de agregar e reter outros sabores, este fruto é muito utilizado na fabricação de sorvetes.

A elevada qualidade do látex armazenado sob a casca da mangabeira tornou-a pivô de exploração no período áureo da borracha natural. A seiva da planta é um composto alcalino que ainda hoje é comumente utilizado no tratamento contra tuberculose, dermatoses e úlceras. A raiz pode ser cozida e utilizada como alimento para tratar problemas circulatórios, enquanto o chá da folha alivia cólicas menstruais¹⁶.

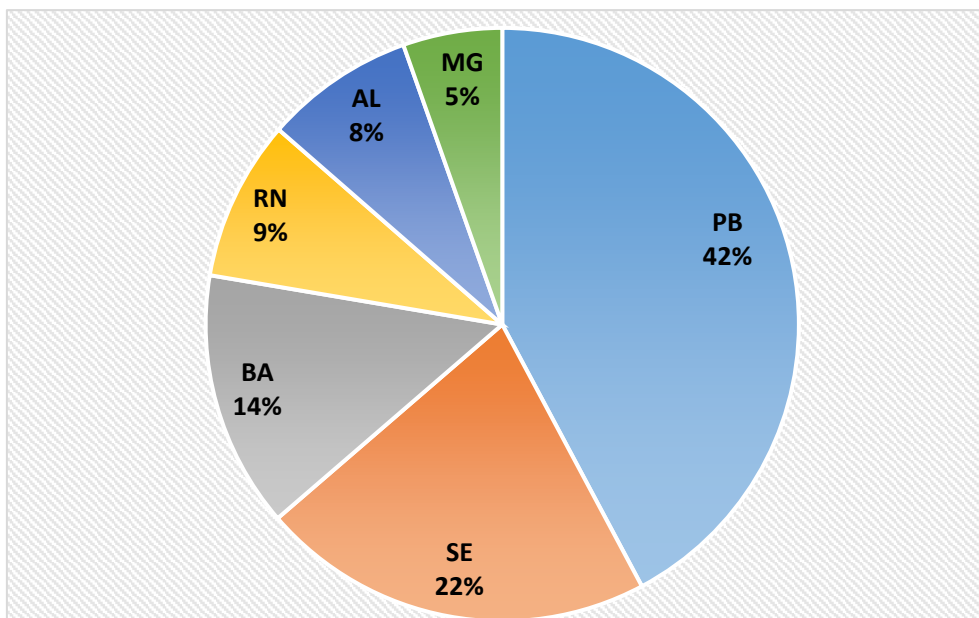
1. PANORAMA NACIONAL

Segundo o IBGE, a Paraíba é o maior produtor de mangaba do país desde 2016, com marco de 733 toneladas contabilizadas em 2018. Na sequência do ranking estão o Sergipe, liderando a produção nacional de 2000 a 2016, Bahia e Rio Grande do Norte. Na região Sudeste, Minas Gerais é referência na produção do fruto com cerca de 5% da produção nacional.

¹⁵ Colaboração: Diego Fernandes dos Santos.

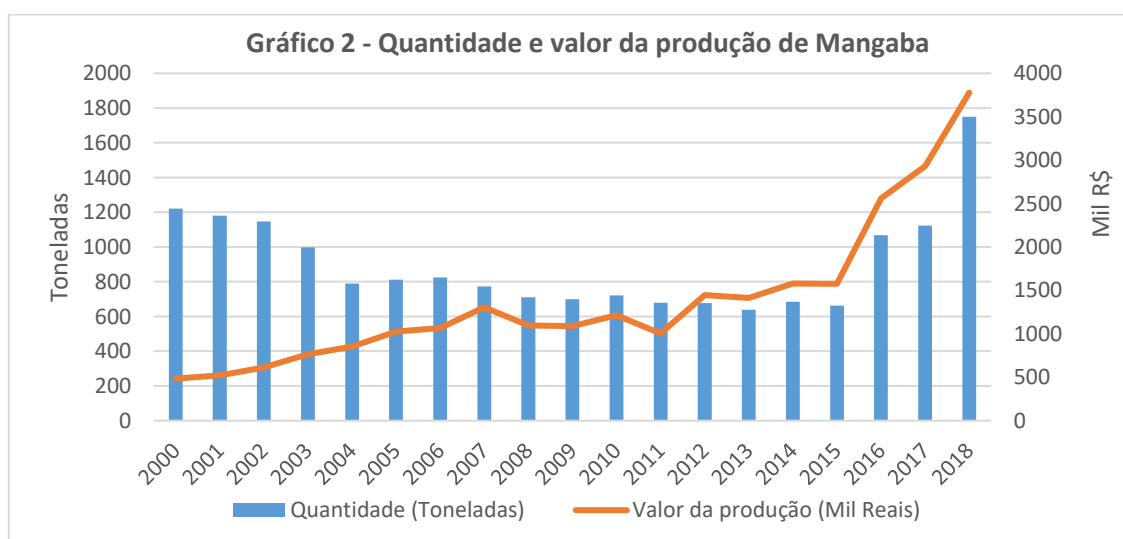
¹⁶ SOARES, Fernanda Pereira *et al.* Cultura da Mangabeira (*Hancornia Speciosa* Gomes). **Boletim Agropecuário**, Lavras, n. 67, p. 1-12, 2001.

Gráfico 1 – participação estadual na produção de mangaba – 2018.



Fonte: PEVS/IBGE

No gráfico 2 estão presentes os principais produtores desse fruto desde o ano 2000. Em 2018, foram produzidas nacionalmente cerca de 1.751 toneladas do fruto. O valor total da produção nacional neste mesmo ano é de 3,7 milhões de reais. Apicultores e tribos indígenas paraibanas protegem a espécie e comercializam seu fruto como forma de complementar a renda familiar. Foi somente em 2015 que este público começou a receber a subvenção econômica pela comercialização do fruto abaixo do preço fixado pelo governo federal, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade, executada pela Conab/MAPA com apoio da Emater/PB.



Fonte: PEVS/IBGE

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

A produção da mangaba no estado do Sergipe cresceu 81% em volume no ano de 2018 em relação ao ano anterior. Este estado fora historicamente o maior produtor nacional por mais de uma década, perdendo tal posição depois da queda na produção entre 2014 e 2017. Devido à crescente valorização das porções de terras e do fruto em questão, pressões têm sido exercidas sobre as comunidades tradicionais que residem próximas das áreas de restinga, ecossistemas de solo arenoso que ocorrem paralelamente à costa que se constituem nos campos naturais da mangabeira no Sergipe¹⁷.

2. PREÇOS

Ao considerar todos os estados de ocorrência do fruto, a safra da mangaba acontece de dezembro a junho. As condições edafoclimáticas inerentes a cada região produtora do fruto no período de floração da mangabeira determinam diretamente a quantidade produzida por safra. Tais fatores definem a capacidade da oferta de suprir a demanda do fruto e, conseqüentemente, definem também os preços praticados em cada safra. A tabela 1 traz um sumário da pesquisa de preços recebidos pelo produtor efetuada pela Conab nas principais praças de comercialização deste produto. O período considerado consiste no quarto trimestre de 2019, em comparação com o ano anterior.

Tabela 1 - Preços recebidos pelo produtor de amêndoa de Mangaba (R\$/Kg)

Região	UF	4º TRIMESTRE DE 2018			4º TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
		A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
		Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez				
Nordeste	BA	-	-	-	-	-	5,5	-	-	-	R\$ 2,36
	PB	-	3,20	2,33	-	-	-	-	-	-	
	RN	-	-	3,75	-	-	4,22	-	-	13%	
	SE	6,62	5,50	2,65	-	3,01	3,55	-	-45%	34%	
Centro-oeste e Sudeste	MG	-	2,45	1,54	-	-	1,50	-	-	-3%	R\$ 1,91

Fonte: Siagro/Conab

É possível perceber, observando a Tabela 1, que os preços de comercialização da mangaba subiram ligeiramente desde o final de 2018, com exceção do estado de Minas Gerais, no qual os preços mantiveram-se relativamente constantes. Um dos fatores responsáveis por esta expansão do mercado da mangaba é a mudança nos hábitos de consumo do cidadão médio. Enquanto há poucos anos encontrava-se frutos como jenipapo, cajá, umbu e mangaba somente nas feiras livres

¹⁷ MOTA, Dalva Maria; SCHMITZ, Heribert; SILVA JUNIOR, Josué F. da. **Os catadores de mangaba e a conservação da biodiversidade no Território Sul Sergipano**. Aracajú: Embrapa, 2004.

locais, hoje tais produtos já são encontrados em gôndolas de supermercados com embalagens industriais. A mangaba hoje é comercializada na forma de sucos, picolés, sorvetes e licores.

3. EXECUÇÃO DA PGPM-BIO

Desde que a PGPM-Bio começou a operar com a mangaba em 2015, mais de 2.750 toneladas do fruto já foram subvencionadas pela Conab, o que resultou, junto a outros fatores, no crescimento da oferta e levou a Paraíba a se tornar o principal produtor nacional. É possível observar, no gráfico 2, que o ano de 2015 representa um marco depois do qual a produção nacional passou a apresentar tendência de crescimento.

Tabela 2 - Subvenção da Mangaba pela PGPM-Bio

UF	Parâmetro	2019	2018
CE	Quant. (Kg)	200,00	-
	Valor (R\$)	296,00	-
	Nº de Extrativistas	1	-
PB	Quant. (Kg)	776.582,13	986.177,60
	Valor (R\$)	1.117.283,85	1.243.287,90
	Nº de Extrativistas	622	602
MG	Quant. (Kg)	45.751,52	41.262,59
	Valor (R\$)	47.711,52	43.083,96
	Nº de Extrativistas	42	18
Total	Quant. (Kg)	822.533,65	1.027.440,20
	Valor (R\$)	1.165.291,37	1.286.371,86
	Nº de Extrativistas	665	620

Fonte: Sisbio/Conab

Em termos absolutos, a Conab subvenciona uma quantidade de mangaba superior ao montante de produção nacional divulgado pelo IBGE. Tal situação evidencia que a quantidade produzida não vem sendo totalmente considerada, dadas as dificuldades em se monitorar um produto de origem extrativa. A Conab utiliza os dados disponibilizados pelo IBGE como base de cálculo de diversos indicadores econômicos referentes aos produtos-alvo das políticas públicas executadas e, portanto, é imprescindível que os métodos de coleta de dados sejam aprimorados para que o controle de execução seja representativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do Sergipe, além de ser um dos principais produtores do fruto, é referência no seu beneficiamento e distribuição para o restante do país. Por haver ali um mercado já estabelecido há longa data, tanto o consumo quanto a venda do fruto tendem a ser mais estáveis. O preço pago ao produtor do fruto geralmente situa-se acima do preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

No estado de Minas Gerais, apesar de haver produção do fruto, por um lado não há um número significativo de unidades de beneficiamento na região e por outro lado o público apreciador deste fruto é reduzido quando comparado a estados nordestinos. Ali, a comercialização do produto gera uma margem negativa, o que significa que o produtor tem prejuízo no curto prazo. Devido a estes fatores, os preços de comercialização do fruto *in natura* mantém-se historicamente baixos no estado de Minas Gerais, por isso o instrumento de subvenção tem sido de grande importância para complementar a renda das famílias camponesas que vivem da atividade.

No estado da Paraíba uma parcela significativa do público que realiza o extrativismo da mangaba é de origem indígena. Ali, apesar de os preços manterem-se estáveis durante a maior parte do tempo, em momentos de oscilação do mercado o produto acaba sendo comercializado por valores abaixo dos custos de produção.

Diante de perspectivas negativas de mercado, a oferta de mangaba continua acontecendo por vários motivos. Povos e comunidades tradicionais relacionam-se de forma singular com o bioma no qual estão inseridos. Consumir e comercializar produtos nativos é uma prática comum e fundamental para a manutenção da sua identidade cultural e tradição. Neste contexto, zelar pela integridade de seus ecossistemas para usufruir dos recursos naturais é uma característica intrínseca destas comunidades. Por tais motivos, o extrativismo vegetal continua acontecendo mesmo em um contexto no qual a atividade deixa de ser rentável.

PEQUI

Ianelli Sobral Loureiro¹⁸

INTRODUÇÃO

O pequizeiro (*Caryocar brasiliense Cambess*) ocorre majoritariamente no cerrado e se difunde pelos estados da Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Distrito Federal. Um indivíduo saudável vive em média 50 anos e produz em torno de 1500 a 2500 frutos por safra durante sua juventude¹⁹.

A comercialização do pequi pode ser feita com o fruto inteiro ou beneficiado, mantido em soluções conservantes que lhe conferem um tempo de prateleira de até dois anos em condições naturais. A amêndoa dentro do caroço deste fruto é rica em proteínas e configura-se como base para extração do óleo, produto de grande utilidade para a indústria cosmética.

A safra do pequi é abrangente e acontece no período de setembro a março, período no qual os indivíduos desta espécie estão produzindo frutos. Durante o período do clímax da produção, que ocorre nos meses de dezembro e janeiro, o pequi torna-se a base econômica e alimentar para muitas famílias extrativistas.

1. PRODUÇÃO NACIONAL

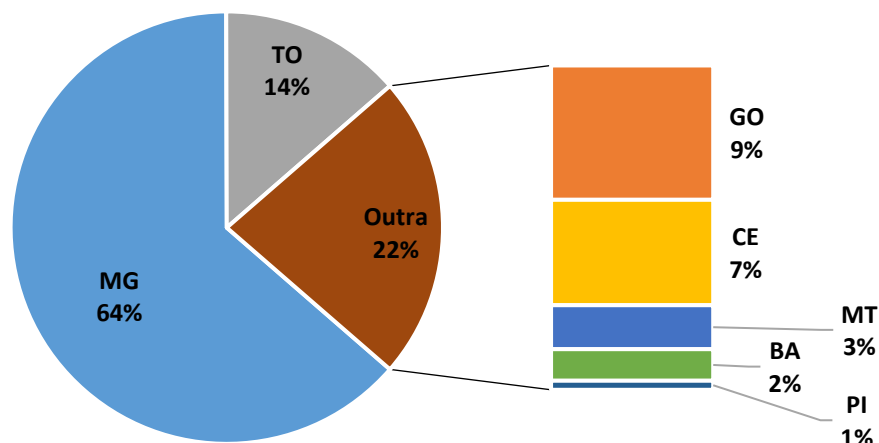
Os três maiores produtores nacionais de pequi são Minas Gerais, Tocantins e Goiás. Juntos, estes estados somam mais de 86% da produção nacional, sendo somente Minas Gerais responsável por mais de 63% deste montante²⁰. Este fruto é bastante apreciado em restaurantes cujos cardápios trazem produtos do cerrado, difundidos por todo o território nacional.

¹⁸ Colaboração: Diego Fernandes dos Santos.

¹⁹ GULIAS, A. P. S. M.; RIBEIRO, J. F.; OLIVEIRA, M. C. de; AQUINO, F. de G.; SILVA, M. R. da. Cadeia produtiva do pequi (*Caryocar brasiliense cambess.*) no município de Damianópolis-GO. In: SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS, 2., 2008, Brasília, DF. Desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. **Anais** [...] Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008.

²⁰ IBGE, estudo de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, disponibilizados no SIDRA, 2018.

Gráfico 1 - Participação na produção extrativista nacional em 2018

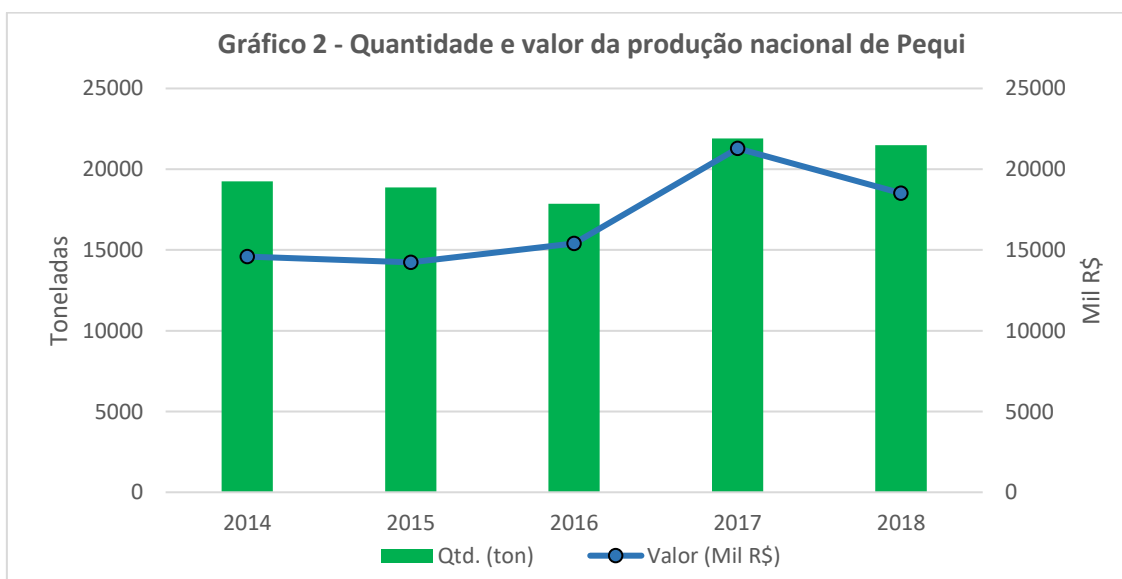


Fonte: SIDRA/IBGE.

Na região do Cariri, no Ceará, o pequi é importante fonte de renda na sua época de safra para cidades como Crato e Barbalha. A chapada do Araripe é onde se concentra grande parte dos pequizeiros cearenses. A maior parcela do mercado de consumo deste fruto reside nos estados do Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Produtos do extrativismo encontram-se em um contexto no qual é difícil garantir a contabilização total da safra. Fatores como períodos de frutificação irregular ao longo do período de safra e comercialização informal massiva puxam os indicadores de produção para baixo. Todavia, a região norte de Minas destaca-se pelo seu imenso volume de produção e a capacidade fornecimento para os demais estados.

Gráfico 2 - Quantidade e valor da produção nacional de Pequi



Fonte: PEVS/IBGE

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

Os dados recentes do IBGE (gráfico 2) apontam para uma tendência de pequena alta do volume produzido entre 2015 e 2018, apesar de ter havido queda de 2% da safra em 2018. No entanto, o cenário base para o fruto do pequi tem melhorado de 2014 para cá. A atuação da subvenção no norte de Minas tem sido um fator positivo para a comercialização do fruto até o presente momento.

Tabela 1 - Preços recebidos pelo produtor de amêndoa de Pequi (R\$/Kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2018			4º TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez				
GO	-	0,56	0,56	-	-	-	-	-	-	R\$ 0,47
CE	-	-	2,05	-	-	-	-	-	-	
MG	-	1,05	0,44	-	0,87	0,52	-	-17%	18%	
MT	-	-	-	-	-	0,70	-	-	-	

Fonte: Siagro/Conab.

A tabela 1 apresenta os preços pagos aos produtores de pequi dos principais estados produtores no quarto trimestre de 2018 e 2019. O Ceará teve baixa produção em 2018, e por isso os preços mantiveram-se elevados neste período.

Em Minas Gerais, onde a produção é mais expressiva, o valor pago ao produtor de pequi por quilograma do produto é baixo. Na região norte do estado, onde ocorre maior produção do fruto, predomina a condição de extrema pobreza entre as comunidades extrativistas, ali a subvenção econômica tem sido importante fator de complemento de renda e estímulo à produção para os produtores extrativistas.

2. AÇÃO GOVERNAMENTAL

Desde 2014 o pequi vem sendo subvencionado nos estados do Ceará e de Minas Gerais. O crescimento do programa de subvenção vem sendo gradual nesses dois estados e tem gerado resultados importantes para os extrativistas. No segundo semestre de 2019 foram subvencionados somente nos municípios de Santo Antônio do Retiro e Lontra, ambos no norte de Minas Gerais, mais de 5 mil toneladas do fruto, totalizando 1,9 milhões de reais. Estima-se que o valor subvencionado cairá, apesar da tendência de alta da produção, pois o valor do preço mínimo estabelecido pelo governo federal, o qual era de 0,62 R\$/kg em 2019, foi reajustado para 0,56 R\$/kg, em consonância com os custos de produção, para operar a partir de 2020.

Tabela 2 - Operações de subvenção para o fruto do pequi

		2019	2018
CE	Quant. (Kg)	369.871,00	185.406,53
	Valor (R\$)	102.150,37	66.487,80
	Nº de Extrativistas	117	50
MG	Quant. (Kg)	8.503.228,28	3.336.605,76
	Valor (R\$)	3.134.012,40	1.587.655,37
	Nº de Extrativistas	1609	654
Total	Quant. (Kg)	8.873.099,28	3.522.012,29
	Valor (R\$)	3.236.162,77	1.654.143,17
	Nº de Extrativistas	1726	704

Fonte: Sisbio/Conab.

Em todo o ano de 2019, 117 extrativistas foram atendidos no Ceará e receberam cerca de 102 mil reais em subvenção. Todas as operações de subvenção no Ceará ocorreram para a região da Serra do Araripe, onde as oportunidades de emprego e renda são menores e a atividade extrativista tem papel de complemento de renda pra muitas famílias.

Em Minas Gerais, cerca de 1.609 extrativistas foram atendidos em 20 municípios recebendo mais de 3,1 milhões de reais em subvenção. Todas as operações de subvenção concentram-se no Norte de Minas, onde impera o cerrado. Entre a agricultura familiar ali, o extrativismo é uma das opções mais comuns como atividade de renda e subsistência, por se tratar de uma região de baixíssimo IDH.

PIAÇAVA

Florence Rios Serra²¹

INTRODUÇÃO

A palmeira *Attalea funifera* Martius, conhecida por piaçava-da-baía ou piaçaba, é uma espécie nativa do sul do Estado da Bahia. Já a *Leopoldinia piassaba* ou piaçava-do-Pará é característica da região do Alto Rio Negro, no Amazonas, e norte do Pará. A piaçava é uma planta de clima quente e sempre úmido, se desenvolvendo bem em solos de baixa fertilidade e com características físicas inadequadas para a exploração econômica de muitos cultivos. As folhas com fibras longas, lisas, impermeáveis e de alta flexibilidade e resistência, configuram-se como principal objeto de exploração comercial dessas espécies.

Atualmente, a principal importância econômica da fibra da piaçava está pautada na fabricação de vassouras, produção de artesanatos, objetos de decoração, cordoaria e escovões. O resíduo obtido de sua limpeza, conhecido como bagaço, fita ou borra, serve para cobertura de casas nos meios rural e urbano. Este produto é muito utilizado na cobertura de quiosques em áreas de lazer como sítios, clubes e praças. Outro emprego significativo da fibra é como isolante térmico.

Outra faceta do mercado no qual a piaçava pode estar inserida é o da bioenergia - o biomercado – em escala mundial. O Brasil tem uma série de vantagens que o qualificam a liderar a agricultura e a geração de energia. (PNA, 2006). A exploração da piaçaveira e de outras palmeiras produtoras da fibra pode render créditos de carbono, e seus frutos são fonte para produção carvão.

2. PANORAMA INTERNACIONAL

Em se tratando das exportações, não há como dimensionar o volume exato de piaçava exportado, visto que o mesmo não possui NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) específico, sendo dimensionado a partir do item: matérias vegetais utilizadas na fabricação de vassouras, escovas, pincéis e artigos semelhantes (por exemplo, sorgo, piaçava, raiz de grama, tampico) mesmo torcidas ou em feixes. Entretanto, sabe-se que, dentre os produtos relacionados nesse item, a piaçava, do litoral sul da Bahia, é a fibra mais exportada para os países europeus, devido às suas principais características que a diferenciam das demais espécies vegetais adquiridas pelos mercados europeus, tornando-a ainda bastante procurada.

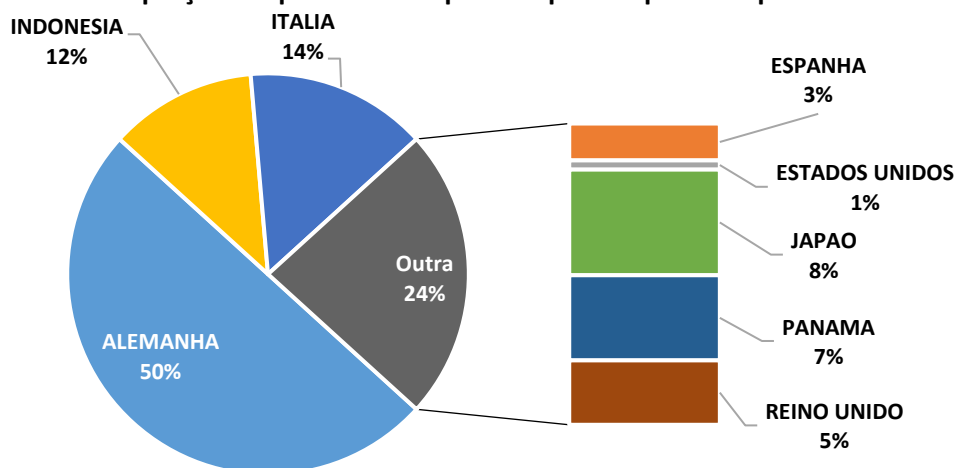
Analisando o período de 2015 a 2019, conforme gráfico abaixo, pode-se afirmar que as exportações da fibra da piaçava foram mais direcionadas, para o mercado alemão, país comprador tradicional dessa matéria-prima, utilizada em equipamentos de varrer a neve.

²¹ Colaboração: Diego Fernandes dos Santos.

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

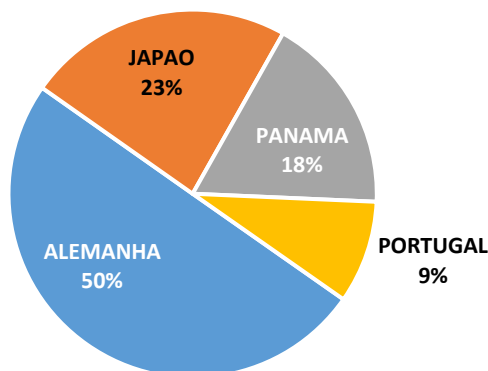
Nos últimos 3 (três) anos, a exportação de piaçava variou em volume, percentual em relação a produção total e número de países importadores. Em 2017 (gráfico 1) a produção nacional de piaçava foi uma das mais baixas de todo histórico de produção sendo que o quantitativo exportado foi de 219 toneladas para 10 países diferentes. No ano de 2018 (gráfico 2), a produção de piaçava foi de 8.481 toneladas e o volume exportado foi de 68 toneladas, o mais baixo do período avaliado. Já no ano de 2019 (gráfico 3), o volume de exportação superou 920 toneladas, divididas entre oito países compradores. Apesar do elevado volume exportado em 2019 em comparação aos anos anteriores, os números mostram que a piaçava tem perdido mercado nacional e internacionalmente. Apesar de a piaçava ter sua produção concentrada na Bahia, diversos estados têm comercializado produções baianas e efetuado exportações.

Gráfico 1 - Proporção da quantidade exportada para os países importadores - 2017



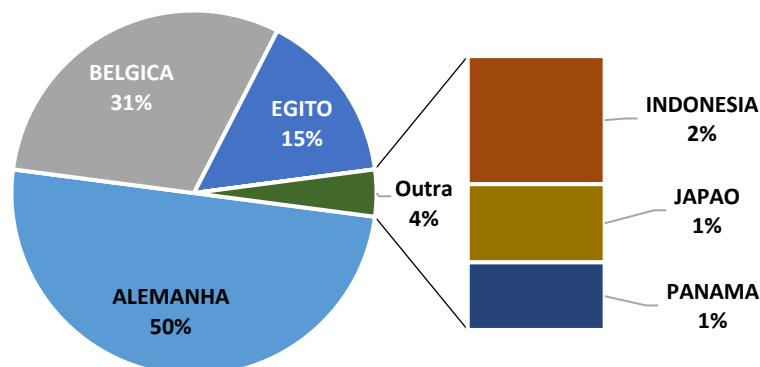
Fonte: Agrosat/MAPA

Gráfico 2 - Proporção da quantidade exportada para os países importadores - 2018



Fonte: Agrosat/MAPA

Grafico 3 - Proporção da quantidade exportada para os países importadores - 2019



Fonte: Agrosat/MAPA

3. PANORAMA NACIONAL

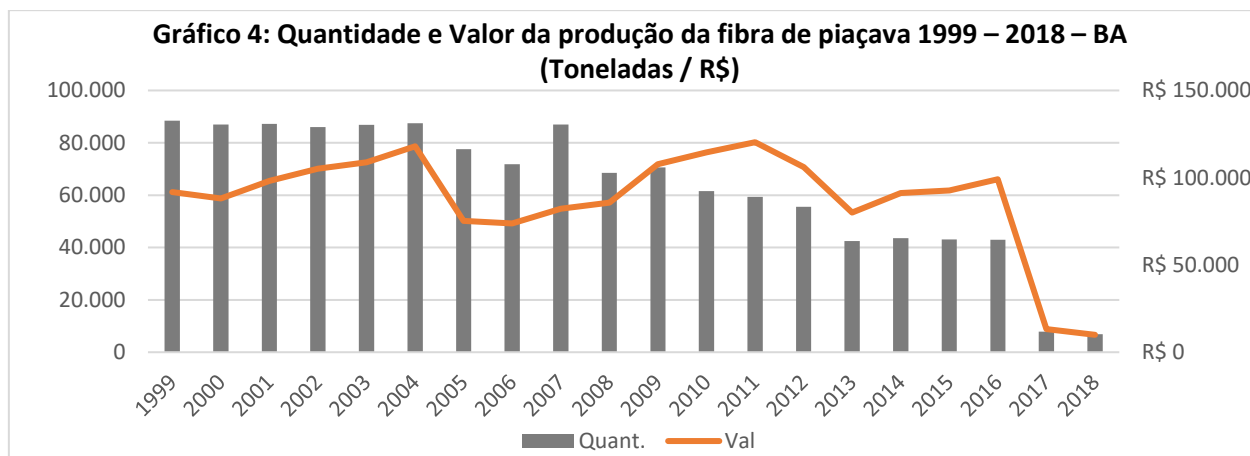
Tanto a *Attalea funifera* Martius (Bahia) quanto a *Leopoldinia piassaba* (Rio Negro) são espécies de grande importância do ponto de vista ecológico e social, pois são plantas endêmicas de suas regiões e estão diretamente associadas aos seus biomas, Mata Atlântica e Amazônia, respectivamente, sendo elementos imprescindíveis para o equilíbrio do ambiente onde estão inseridas. Do ponto de vista social, a fibra de piaçava é responsável por fornecer renda extra aos produtores locais, índios, quilombolas, ribeirinhos e pequenos produtores extrativistas de modo geral.

De acordo com a Organização de Conservação da Terra – OCT, no Baixo Sul, região onde a *A. funifera* é encontrada com maior frequência, existem 360 mil famílias, espalhadas por 15 municípios, as quais subsistem por meio da agricultura diversificada. Já no Amazonas. Na região de Barcelos, cerca de 800 famílias vivem dessa atividade que ajuda a gerar renda numa região de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) (PIMENTEL, 2015).

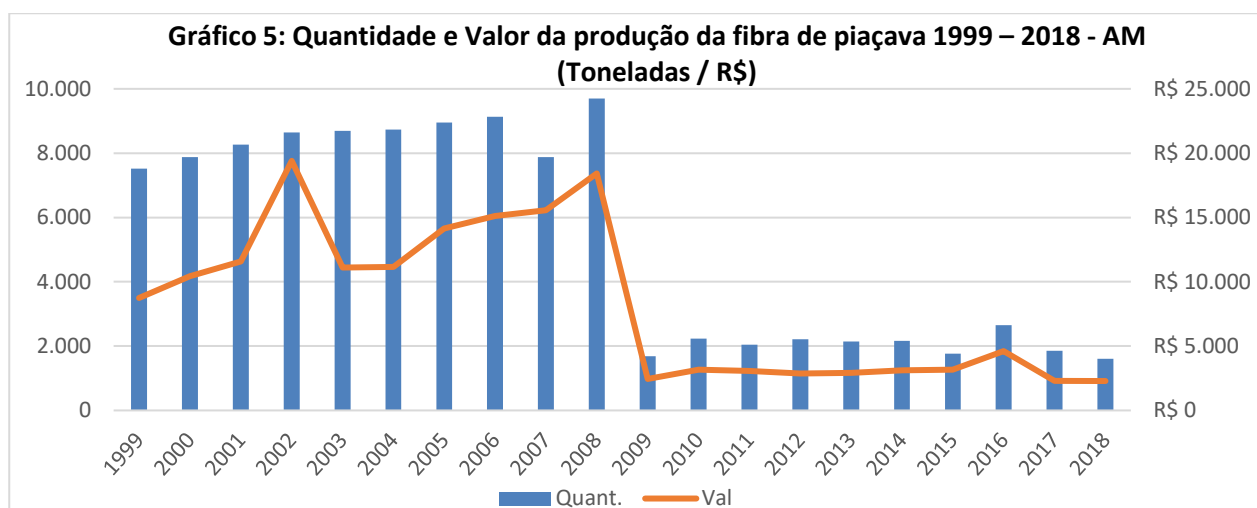
A exploração da piaçaveira é uma atividade predominantemente extrativista, e existe a necessidade de um manejo racional para que sua sobrevivência seja garantida. Contudo, a falta de infraestrutura e tecnologias de acabamento da fibra na cadeia extrativista acabam por comprometer a qualidade do produto final sob alguns aspectos, o que tem feito com que a fibra de piaçava perca competitividade em relação à fibra sintética de nylon, não só por questões de qualidade mas também devido a escala de produção.

A carência de pesquisas, a falta de assistência técnica e a desorganização do setor acabam comprometendo a competitividade em relação às fibras sintéticas (por exemplo o nylon) e outras fibras naturais.

O gráfico abaixo mostra o volume e valor da produção de fibra de piaçava, a partir da virada do milênio, para os dois produtores nacionais, Amazonas e Bahia:



Fonte: PEVS/IBGE



Fonte: PEVS/IBGE

A Bahia é responsável por 95% do total da produção brasileira. Como pode ser observado nos gráficos, a produção de piaçava se apresentava mais acentuada nos primeiros anos da série (1999/2000). Já nos anos finais da primeira década do século XXI, teve início a queda tanto no volume de produção quanto nos ganhos com a produção de piaçava, sendo que no ano de 2018 o valor produzido e auferido com a piaçava foi um dos menores de todo histórico de produção da fibra. Tal fato ocorreu principalmente pela concorrência direta das fibras sintéticas na fabricação de vassouras e outros artigos.

Outro fato que comprometeu a demanda da piaçava, apesar do abastecimento da fibra no mercado ocorrer forma relativamente contínua ao longo do ano, é a baixa escala de produção. Isto é refletido na confiança do mercado da piaçava enquanto matéria prima para produtos manufaturados. Dessa forma, a piaçava tem perdido mercado para produtos sintéticos como o

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

nylon, apesar do apelo 'ecológico' do produto por ser biodegradável e ajudar na preservação dos biomas onde está inserido (ZUGAIB; COSTA, 1988).

A criação de uma infraestrutura de rodovias e estradas vicinais com melhores condições de tráfego nas áreas de ocorrência, além de indústrias de vassouras e subprodutos na região, certamente proporcionaria melhorias no aspecto econômico desta atividade. Novos empregos para o uso da fibra e seus derivados, além dos polímeros, também seriam um novo alento a esta atividade. A tabela abaixo traz os 20 maiores produtores de piaçava do país, responsáveis por quase 90% da produção total de piaçava no Brasil:

Tabela 1 – Maiores produtores de piaçava do Brasil

Produção Vegetal				
MUNICÍPIOS	Quantidade (Toneladas)			
	2015	2016	2017	2018
Canavieiras (BA)	1.500	1.500	1.695	1.351
Barcelos (AM)	1.656	2.500	1.453	1.204
Nilo Peçanha (BA)	10.000	10.000	1.006	900
Ituberá (BA)	4.800	4.800	769	700
Cairu (BA)	6.500	6.500	721	650
Jaguaripe (BA)	126	117	660	540
Taperoá (BA)	1.200	1.200	600	580
Ilhéus (BA)	16.133	16.133	574	508
Santa Isabel do Rio Negro (AM)	107	54	400	392
Santa Luzia (BA)	235	205	198	185
Igrapiúna (BA)	180	180	133	100
Nazaré (BA)	36	34	99	90
Valença (BA)	900	900	90	88
Camamu (BA)	800	800	83	70
Itacaré (BA)	44	41	80	70
Maragogipe (BA)	197	195	54	60
Aratuípe (BA)	20	20	37	40
Cachoeira (BA)	183	181	20	18
Maraú (BA)	40	40	6	5
TOTAL	44.657	45.400	8.678	7.551

Fonte: PEVS/IBGE

Apesar do estado do Amazonas contribuir com um percentual reduzido para a produção nacional, o município de Barcelos, localizado na região, está entre os maiores produtores nacionais, sendo o segundo maior produtor nacional em 2018. Os dados apresentados na tabela mostram que houve uma queda vertiginosa no volume de produção dos principais produtores, como os municípios

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019

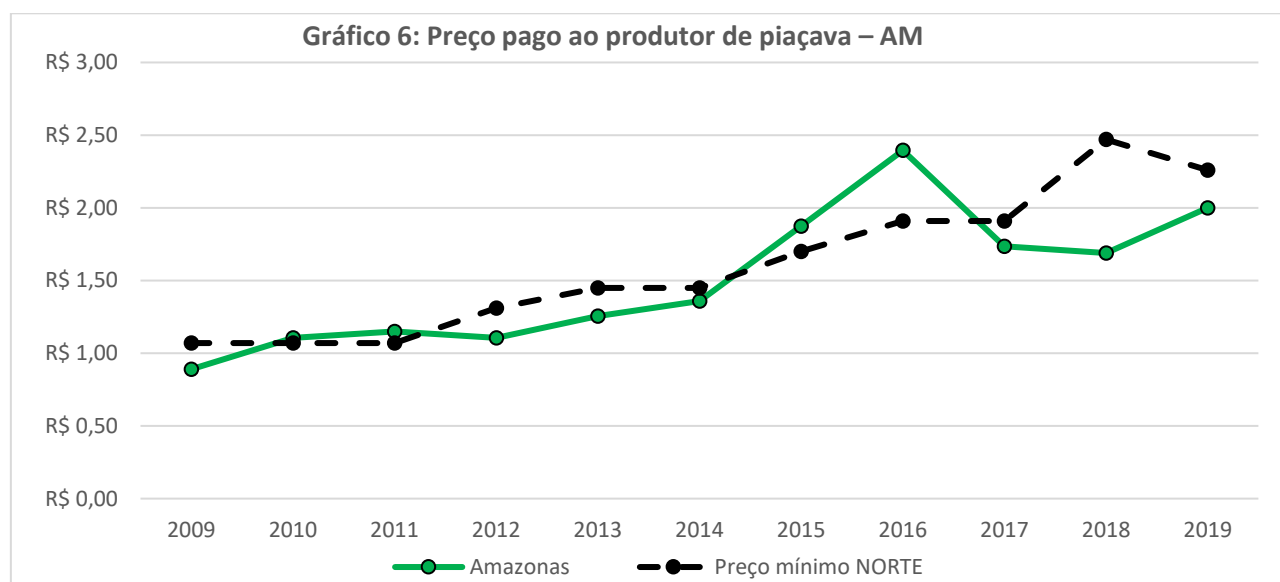
baianos de Nilo Peçanha, Cairú, Ituberá e Teperoá, com especial destaque para Ilhéus, o principal produtor nacional, que reduziu sua produção em 96% no ano de 2017 em relação ao anterior. Além da concorrência imposta pelas fibras sintéticas, a piaçava brasileira tem enfrentado a concorrência de países africanos produtores da fibra, desse modo os importadores tem desfrutado de ampla oferta.

A produção de fibras se destina em grande parte a outras unidades da Federação e para outros países. São poucas as indústrias da Região Nordeste que se dedicam ao beneficiamento das fibras de piaçava, sendo que a maioria do ramo se restringe apenas à fabricação de vassouras e escovas, e basicamente todas são de pequeno porte. De forma geral, tal processamento ocorre em nível quase artesanal. As grandes indústrias de vassoura se concentram na Região Sudeste, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo (ZUGAIB; COSTA, 1988).

3.1. PREÇOS NACIONAIS

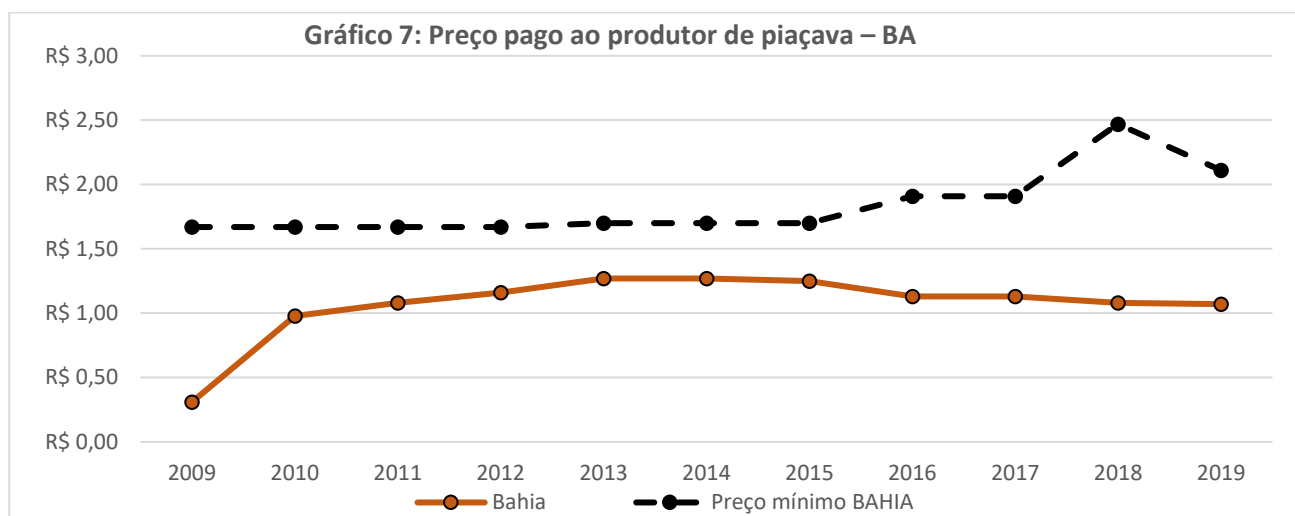
A comercialização da fibra de piaçava é feita mediante a entrega do produto na “balança”, com o pagamento após a pesagem. O preço pago ao produtor tende a manter-se estável ao longo dos meses, com poucas oscilações. Nos locais tradicionais de comercialização, os preços também não apresentam grandes variações quando se comparam diferentes compradores. Em alguns casos o produto é vendido no pé, ficando as despesas de coleta e beneficiamento por conta do adquirente.

O SIAGRO – Sistema de Informação Agropecuário e de Abastecimento, traz série de preços pagos ao produtor a partir de 2009, nos estados do Amazonas e da Bahia:



Fonte: Siagro/Conab

Volume 3, Número 4 - 4º trimestre de 2019



Fonte: Siagro/Conab.

Conforme pode ser observado no gráfico, no Amazonas de 2009 a 2019 houve aumento do preço pago pelo quilograma da piaçava no período, com pico em 2016. Observa-se que em algumas ocasiões o preço mínimo ficou acima do valor recebido pelo produtor, como por exemplo nos anos de 2018 e 2019. Já na Bahia, os preços recebidos pelo produtor pelo quilo da piaçava ficaram abaixo do preço mínimo nos últimos 10 anos analisados. Ocorre que a piaçava no Amazonas tem apresentado valor agregado maior que a piaçava baiana, devido a características específicas da espécie de piaçava amazonense, como por exemplo, a coloração da fibra.

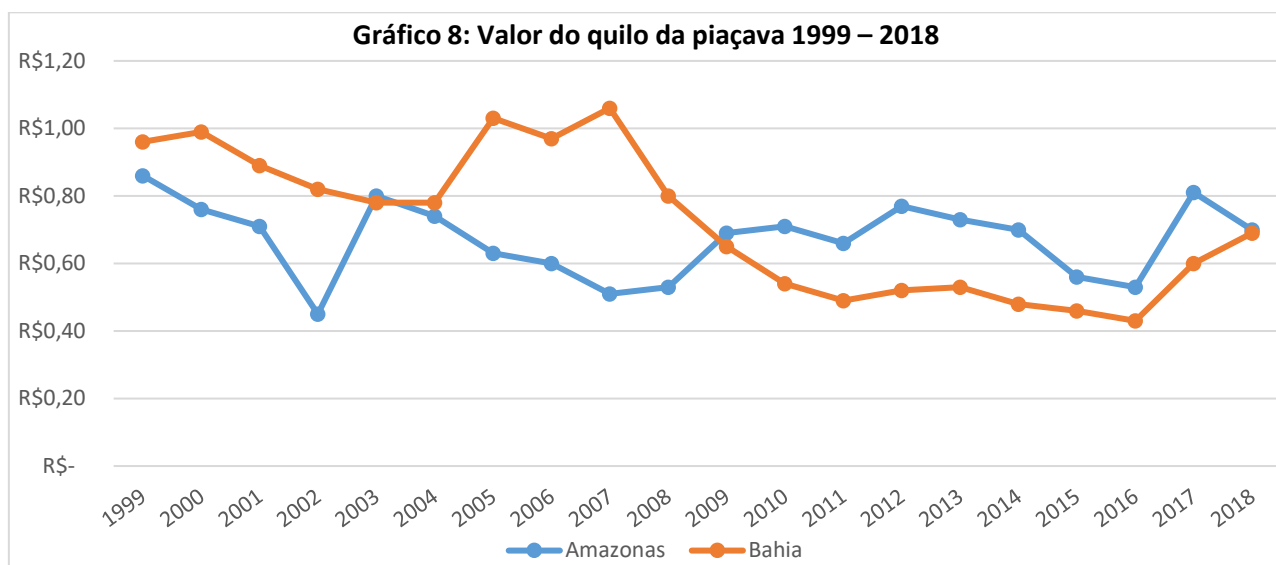
Tabela 2 - Preços recebidos pelo produtor de Piaçava (R\$/Kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2018			4º TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez				
BA	1,00	1,00	1,00	1,12	1,21	1,13	12%	21%	13%	R\$ 2,41
AM	1,60	1,61	1,78	1,51	1,54	1,54	-6%	-4%	-14%	

Fonte: Siagro/Conab

O preço pago ao produtor da piaçava produzida no Amazonas de 2018 para 2019 teve aumento de 34% no período, sendo que em 2018 o preço do produto atingiu maior alta no final da safra. Já na Bahia, o preço da piaçava no pico de safra em 2019 apresentou baixa de 8,8 % em relação ao mesmo período em 2018. O preço da piaçava baiana tem sofrido depreciação nos últimos anos devido à escassa demanda na região.

Com base nos dados expostos no gráfico 8, observa-se que o valor ganho por quilo da piaçava sofreu oscilações ao longo dos anos nos dois estados, sendo que em várias ocasiões quando houve alta em um dos estados enquanto no outro o valor do quilo apresentou queda.



Fonte: PEVS/IBGE

Analisando o preço médio anual a partir dos dados de valor da produção do IBGE, no período (1999 – 2018), é possível perceber que na Bahia, com algumas exceções, o valor do produto é historicamente maior que no Amazonas. Tal fato deve-se, em grande parte, ao custo de produção que envolvem a logística e a distância entre áreas produtivas e pontos de distribuição e processamento, distância esta que no Amazonas é maior.

Já na Bahia os portos são mais acessíveis às regiões produtores. No município campeão histórico em produção, Ilhéus, está localizado um dos portos por onde a produção de piaçava é escoada para o exterior. Esta valoração da piaçava baiana ocorre mesmo que os preços pagos ao produtor no Amazonas sejam maiores, o que acaba sendo repassado ao longo da cadeia, inclusive para o consumidor. Os ganhos, contudo, acabam sendo diluídos nos elos da cadeia, e o valor final do produto depreciado.

Pode-se inferir que os ganhos de escala, ou seja, a maior produção e comercialização na Bahia, não vem acompanhada de um aumento proporcional no custo. Desta forma, o custo médio acaba reduzido, aumentando assim a lucratividade da atividade extrativista.

Referências Bibliográficas

AVELAR, F. F. **Utilização de fibra de piaçava (*Attalea funifera*) na preparação de carvões ativados**. 2008. 72 p. Dissertação (Mestrado em Agroquímica) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2008.

BARRETO, R. O. 2009. Técnicas de Manejo e Sustentabilidade da Palmeira *Attalea funifera* Martius - piaçava da Bahia. Candombá. **Revista Virtual**, Salvador, BA, v. 5, n.2, p. 80-97.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Secretaria de Produção e Agroenergia; Embrapa Informação Tecnológica, 2006.110 p.

GUIMARÃES, C. A. L.; SILVA L. A. M. 2012. **Piaçava da Bahia (*Attalea funifera* Martius): do extrativismo à cultura agrícola**. Ilhéus, BA: Editus. 262p.

PIMENTEL, N. **Uso tradicional, manejo e processamento da piaçava da Bahia (*Attalea funifera* Mart.)** 210 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ZUGAIB, A. C.; COSTA, D. A. M. **Comercialização da piaçava**. Ilhéus, BA: CEPLAC/DEADE, 1998. 28 p. (publicação avulsa)



ISSN: 2527-1598



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL